

Trabalho Infantil na Cultura do Abacaxi no Município de Santa Rita-PB

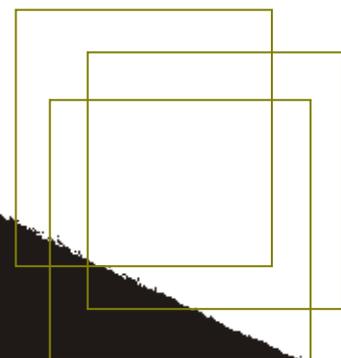


Secretaria
Internacional
do Trabalho

Um Diagnóstico Rápido à Luz das Piores Formas de Trabalho Infantil

Em memória de Robson

Legado em
Transformação



Legado em Transformação

Trabalho Infantil na Cultura do Abacaxi no Município de Santa Rita - PB

Um Diagnóstico Rápido* à Luz das Piores Formas de Trabalho Infantil

Secretaria Internacional do Trabalho

Brasil

* Diagnóstico Rápido é uma metodologia de pesquisa quanti-qualitativa desenvolvida pela OIT e pelo UNICEF sobre uma realidade ou situação social específica em um contexto sócio-cultural-geográfico particular. A metodologia foi utilizada para o desenvolvimento dos diagnósticos constantes dessa publicação e faz parte do Programa de Informações Estatísticas e de Monitoramento sobre o Trabalho Infantil (SIMPOC) da OIT.

As publicações da Secretaria Internacional do Trabalho gozam da proteção dos direitos autorais sob o Protocolo 2 da Convenção Universal do Direito do Autor. Breves extratos dessas publicações podem, entretanto, ser reproduzidos sem autorização, desde que mencionada a fonte. Para obter os direitos de reprodução ou de tradução, as solicitações devem ser dirigidas ao Serviço de Publicações (Direitos do Autor e Licenças), *International Labour Office*, CH-1211 *Genebra* 22, Suíça. Os pedidos serão bem-vindos.

As designações empregadas nas publicações da OIT, segundo a praxe adotada pelas Nações Unidas, e a apresentação de material nelas incluídas não significam, da parte da Secretaria Internacional do Trabalho, qualquer juízo com referência à situação legal de qualquer país ou território citado ou de suas autoridades, ou à delimitação de suas fronteiras.

O trabalho infantil na cultura do abacaxi no município de Santa Rita - PB: um diagnóstico rápido à luz das piores formas do trabalho infantil no Brasil / coordenadora Maria de Fátima Pereira Alberto; Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC). – [Brasília] : OIT - Secretaria Internacional do Trabalho, 2006.

64 p. : il. – (Legado em transformação).

ISBN 92-2-818926-6 (print).

ISBN 978-92-2-818926-1 (print)

ISBN 92-2-818927-4 (web pdf)

ISBN 978-92-2-818927-8 (web pdf).

1. Trabalho Infantil. 2. Agricultura. 3. Paraíba 4. Santa Rita. I. Alberto, Maria de Fátima Pereira. II José Carlos Vieira Wanderley. III Gabriel Pereira de Souza. IV Vanessa Cavalcante Gomes. V Lira, Terçalia Suassuna Vaz. VI. OIT. VII. UFPB. VIII. Grupo Pesquisa Subjetividade e Trabalho. IX. Grupo de Estudos sobre o Trabalho Precoce. X. Título: um diagnóstico rápido à luz das piores formas do trabalho infantil.

14.02.2

A responsabilidade por opiniões expressas em artigos assinados, estudos e outras contribuições recai exclusivamente sobre seus autores, e sua publicação não significa endosso da Secretaria Internacional do Trabalho às opiniões ali constantes.

Referências a firmas, produtos comerciais e a processos não implicam qualquer aprovação pela Secretaria Internacional do Trabalho, e o fato de não se mencionar uma firma em particular, produto comercial ou processo não significa qualquer desaprovção.

Os recursos para essa publicação da OIT foram fornecidos pelo Departamento de Trabalho dos Estados Unidos (USDOL). Essa publicação não reflete, necessariamente, as políticas do USDOL. De igual maneira a menção de marcas, produtos comerciais ou organizações não implica em qualquer forma ou endosso do Governo dos Estados Unidos.

Catálogo na Fonte: Marcia Cristina Tomaz de Aquino

Revisão Preliminar: Francisco de Assis Dantas

Revisão Final: Neri Accioly

Diagramação: Interagência Comunicação

Advertência: o uso da linguagem que não discrimine nem estabeleça a diferença entre homens e mulheres, meninos e meninas é uma preocupação deste texto. O uso genérico do masculino ou da linguagem neutra dos termos criança e adolescente foi uma opção inescapável em muitos casos. Mas fica o entendimento de que o genérico do masculino se refere a homem e mulher e que por trás do termo criança e adolescente existem meninos e meninas com rosto, vida, histórias, desejos, sonhos, inserção social e direitos adquiridos.

Organização Internacional do Trabalho (OIT)
Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC)
Programa de Duração Determinada (PDD)

Diretora do Escritório da OIT no Brasil

Laís Abramo

Diretor Adjunto do Escritório da OIT no Brasil

José Carlos Ferreira

Coordenador Nacional do IPEC

Pedro Américo Furtado de Oliveira

Coordenador de Projetos do IPEC

Renato J. Mendes

Equipe Técnica do IPEC no Brasil

Cynthia Ramos, Oficial de Projeto

Daniel Borges, Estagiário

Hugo Rosa Conceição, Assistente de Projeto

Maria Cláudia Mello Silva Falcão, Oficial de Projeto

Paula Fonseca, Assistente de Projeto

Thaís Fortuna, Assistente de Projeto

Fotografias

Nicolau El-Moor

Agência Scout

Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e de Proteção ao Trabalhador Adolescente na Paraíba - Coordenação Colegiada

Programa de Ação na Paraíba - Projeto Catavento/PDD
Casa Pequeno Davi

Coordenação do Projeto Catavento

Terçalia Suassuna Vaz

Reitor da Universidade Federal da Paraíba

Rômulo Soares Polari

Centro de Ciências Humanas Letras e Artes
Mestrado em Psicologia Social
Grupo de Pesquisa Subjetividade e Trabalho
Grupo de Estudos sobre Trabalho Precoce
Setor de Estudos e Assessoria a Movimentos Populares - SEAMPRO

Autores do texto

Maria de Fatima Pereira Alberto
José Carlos Vieira Wanderley
Gabriel Pereira de Souza
Vanessa Cavalcante Gomes

Equipe de pesquisa

Coordenadora

Maria de Fatima Pereira Alberto

Consultor de estatística

José Carlos Vieira Wanderley

Pesquisadores

Ádria Melo Soares
Carmem Plácida Sousa Cavalcante
Daniele Cristine da Silva Cirino
Denise Pereira dos Santos
Gabriel Pereira de Souza
Izabel Morsoletto Yasbek Neta
Pollyane Kahelen da Costa Diniz
Roberta Valesca Mota Santana
Taiana da Silva Nunes
Thaís Teixeira de Vasconcelos Araújo
Vanessa Cavalcante Gomes



A Organização Internacional do Trabalho (OIT)

A **Organização Internacional do Trabalho (OIT)** foi fundada em 1919, com o objetivo de promover a justiça social e, assim, contribuir para a paz universal e permanente. A OIT tem uma estrutura tripartite única entre as Agências do Sistema Nações Unidas, na qual os representantes de empregadores e de trabalhadores têm a mesma voz que os representantes de governos.

Ao longo dos anos, a OIT tem lançado, para adoção de seus Estados-Membros, convenções e recomendações internacionais do trabalho. Essas normas versam sobre liberdade de associação, emprego, política social, condições de trabalho, previdência social, relações industriais e administração do trabalho, entre outras. A OIT desenvolve projetos de cooperação técnica e presta serviços de assessoria, capacitação e assistência técnica aos seus Estados-Membros.

A estrutura da OIT compreende: **Conferência Internacional do Trabalho**, **Conselho de Administração** e **Secretaria Internacional do Trabalho**. A Conferência é um fórum mundial que se reúne anualmente para discutir questões sociais e trabalhistas, adotar e rever normas internacionais do trabalho e estabelecer as políticas gerais da Organização. É composta por representantes de governos e de organizações de empregadores e de trabalhadores dos 178 Estados-Membros da OIT. Esses três constituintes estão também representados no Conselho de Administração, órgão executivo da OIT, que decide sobre as políticas da OIT. A Secretaria Internacional do Trabalho é o órgão permanente que, sob o comando do Diretor-Geral, é constituído por diversos departamentos, setores e por extensa rede de escritórios instalados em mais de 40 países. Mantém contato com governos e representações de empregadores e de trabalhadores e marca a presença da OIT em todo o mundo do trabalho.

Publicações da OIT

A **Secretaria Internacional do Trabalho** é também instância de pesquisa e editora da OIT. Seu **Departamento de Publicações** produz e distribui material sobre as principais tendências sociais e econômicas. Publica estudos sobre políticas e questões que afetam o trabalho no mundo, obras de referência, guias técnicos, livros de pesquisa e monografias, repertórios de recomendações práticas sobre diversos temas (por exemplo, segurança e saúde no trabalho) e manuais de treinamento para trabalhadores. É também editora da *Revista Internacional do Trabalho* em inglês, francês e espanhol, que publica resultados de pesquisas originais, perspectivas sobre novos temas e resenhas de livros.

O Escritório da OIT no Brasil edita seus próprios livros e outras publicações, bem como traduz para o português algumas publicações da Secretaria Internacional do Trabalho.

As publicações da OIT podem ser obtidas no Escritório da OIT no Brasil: Setor de Embaixadas Norte, lote 35, Brasília (DF), 70800-400, tel (61) 2106-4600, ou na sede da Secretaria Internacional do Trabalho: CH-1211, Genebra 22, Suíça. Catálogos e listas de novas publicações estão disponíveis nos endereços acima ou por e-mail: bravendas@oitbrasil.org.br.

Visite nossa página na Internet: www.oitbrasil.org.br.

Apresentação

Organização Internacional do Trabalho (OIT)

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), em parceria com o Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente, a Delegacia Regional do Trabalho na Paraíba, o Ministério Público do Trabalho da Paraíba e a Universidade Federal da Paraíba, por meio do Grupo de Estudos sobre Trabalho Precoce, apresenta mais um diagnóstico rápido sobre as piores formas de trabalho infantil no Estado.

Nesta oportunidade, o foco da análise é o envolvimento de crianças e adolescentes na cultura do abacaxi, um trabalho considerado perigoso a ser executado por menores de 18 anos e, portanto proibido pelas normas brasileiras.

A Convenção Nº. 182 da OIT, adotada pela Conferência Internacional do Trabalho em 1999 por representantes de governos, empregadores e trabalhadores, preconiza, no seu artigo 3º, que todo trabalho que exponha as crianças a riscos deve ser considerado perigoso e, portanto, deve integrar o conceito de *pior forma de trabalho infantil*:

“Para fins desta Convenção, a expressão as piores formas de trabalho infantil compreende: d) trabalhos que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, são susceptíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança.”

A ratificação pelo Brasil por meio do Decreto Nº. 3.597 de 12 de dezembro de 2000 da Convenção Nº. 182 significa que essa norma passa a integrar a legislação nacional. Essa ratificação, no entanto, assim como a implementação de políticas públicas dirigidas à erradicação do trabalho infantil e a execução dos projetos de cooperação técnica que vem sendo implementados pela OIT e seus parceiros na Comunidade no marco do Programa Internacional de Erradicação do Trabalho Infantil (IPEC), não foram suficientes para impedir que, de forma lamentável que Robson, um dos adolescentes entrevistados neste diagnóstico, falecesse no dia 13 de dezembro de 2005, vítima de um fatal acidente de trabalho no local onde as entrevistas foram realizadas.

A memória de Robson exige maior determinação do Estado e da sociedade para implementar de forma efetiva a Convenção Nº. 182 da OIT no teor de seus artigos 1º. e 7º.:

“Todo Estado-membro que ratificar a presente Convenção deverá adotar medidas imediatas e eficazes que garantam a proibição e a eliminação das piores formas de trabalho infantil em caráter de urgência... inclusive a instituição e aplicação de sanções penais ou, conforme o caso, de outras sanções.”

Esta publicação é um estímulo para que se reforce ainda mais o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente no país. A morte de Robson foi além de todas as análises sobre saúde e segurança deste estudo e evidenciou, para aqueles que ainda têm dúvidas, a necessidade de ações imediatas e, em caráter de urgência, para eliminar as piores formas de trabalho infantil no Brasil.

Laís Abramo
Diretora do Escritório da OIT no Brasil
Brasília, junho de 2006

Universidade Federal da Paraíba

O capitalismo assume formas concretas distintas, no tempo e no espaço, à luz de suas determinações lógico-históricas. Atualmente, o seu modo típico de produção é muito diferente do que foi nos primórdios da Revolução Industrial. Mesmo no mundo de hoje, a sua existência num país desenvolvido, como a Bélgica, por exemplo, pouco tem a ver com o mesmo no Paraguai.

As razões que fundamentam esses modos de ser capitalistas estão estreitamente relacionadas com as suas correlatas formas de exploração. Com efeito, é próprio do desenvolvimento das forças produtivas sociais impor a tendência à queda da taxa de lucro. Esta é uma contradição básica criada pelas inovações tecnológicas e organizacionais incorporadas no processo de acumulação e concentração do capital.

Nas últimas décadas, no capitalismo periférico dos países de economias emergentes, o atraso relativo das condições técnico-materiais e organizacionais tornou-se gritante. Esta defasagem é maior na pequena produção e nas atividades tradicionais do setor primário. Algo semelhante ocorre nos pequenos negócios urbanos não integrados aos segmentos modernos, dinâmicos, complexos e globalizados dos setores industrial e de serviços.

Essas formas marginais de pequena produção urbana costumam ter como organizador-empresário o próprio trabalhador. Quase sempre funcionam como alternativas de meio de vida para uma vasta legião de pessoas egressas do meio rural que não são absorvidas pelas atividades do sistema capitalista moderno e complexo. Tratam-se, no fundo, de ocupações que mascaram o desemprego e subemprego da força de trabalho.

Na agricultura brasileira, com destaque no Nordeste, especialmente na Paraíba, existe um amplo segmento de pequena produção familiar de subsistência interligado às atividades tradicionais (algodoeira, sisaleira, fruticultura, etc.). Nestas predomina a pequena produção do tipo empresarial, embora nem sempre formalizada legalmente.

Essas atividades tradicionais empregam trabalho assalariado e integram o ciclo do grande capital produtivo, comercial e financeiro, nacional e internacional. Entretanto, mantêm fortes resquícios do capitalismo mais antigo, e até feudal. A reprodução da sua força de trabalho se dá, em boa parte, pela produção de auto-subsistência. A rentabilidade mínima aceitável do seu capital só é possível com a imposição de altas taxas de exploração da força de trabalho.

Na Paraíba, o arcaísmo da estrutura técnica e organizacional das atividades agrícolas tradicionais gera, pelo menos, dois resultados adversos: baixa produtividade e precariedade nas suas relações sociais de produção. Isto coloca os seus negócios em posição muito desvantajosa. As suas mercadorias são produzidas para mercados nacionais globalizados bastante competitivos e exigentes, em termos de preço e qualidade.

Diante dessa problemática, a sobrevivência econômica das culturas paraibanas tradicionais depende essencialmente da superexploração da força de trabalho. Os seus processos de produção e de trabalho caracterizam-se pelas práticas mais miseráveis de submissão e desvalorização do trabalho.

Este Diagnóstico Rápido focaliza esses aspectos socioeconômicos anacrônicos e cruéis na cultura do abacaxi, na cidade de Santa Rita, na Paraíba. Engrandece a sua importância o fato de concentrar as investigações no trabalho infantil nessa atividade, explicitando as suas absurdas relações sociais de produção. O estudo apresenta uma abrangente e competente análise de uma evidência histórica relevante, onde se faz uma espécie de anatomia de um processo efetivo de exploração de mão-de-obra infantil em prol, certamente, da viabilização econômica do negócio enfocado.

Rômulo Soares Polari
Reitor da Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa, junho de 2006

Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e de Proteção ao Trabalhador Adolescente na Paraíba

Não obstante a legislação brasileira proíba o trabalho de crianças e estabeleça uma série de restrições ao trabalho do adolescente, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), anualmente realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e que representa a principal pesquisa socioeconômica do país, revelou que em 2001 existiam 5.482.515 crianças e adolescentes de 5 a 17 anos trabalhando. Dessas, 296.705 tinham de 5 a 9 anos e 1.935.269 de 10 a 14 anos, 2.388.266 de 15 a 17 anos, resultando 2.231.974 crianças com menos de 14 anos de idade trabalhando. A pesquisa revelou, ainda, que 3.094.249 crianças e adolescentes estavam entre 5 e 15 anos, ou seja, abaixo da idade mínima permitida para a admissão no trabalho ou emprego.

A PNAD 2001 revelou, ainda, que a Paraíba tinha 992.820 crianças e adolescentes na faixa etária de 5 a 17 anos. Destes 129.571 são trabalhadores, ou seja, 13,04%. Cerca de 60% das crianças e adolescentes trabalhadores na faixa de 5 a 17 anos trabalham na agricultura.

Santa Rita, segundo dados do Censo de 2000, tinha 1.132 crianças e adolescentes trabalhando, ocupando o 5º lugar no *ranking* do estado da Paraíba. Dentre essas, 566 em atividades perigosas.

A pesquisa ora realizada no bojo do Projeto Catavento, sobre o trabalho infantil na cultura do abacaxi, no município de Santa Rita na Paraíba, vem revelar que as crianças e adolescentes se inserem precocemente no mercado de trabalho devido às “condições financeiras” e à “rede de relações que oportunizam” a inserção delas nesse tipo de atividade.

A faixa etária mais vulnerável a iniciar-se no trabalho na cultura do abacaxi é de 10 a 12 anos, enquanto a legislação brasileira proíbe qualquer trabalho ao menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos de idade. Como a atividade de que se trata está enquadrada como uma das piores formas de trabalho infantil, os dados permitem aferir que há violação dos Direitos Humanos da criança e do adolescente.

A exploração do trabalho infantil em geral, e do trabalho infantil na agricultura em particular, é um fenômeno remoto, arraigado em valores culturais rígidos, ainda não superados pela humanidade. Reflete, ainda, a situação de extrema penúria em que vivem inúmeras famílias brasileiras, alijadas do mercado de trabalho, vítimas de um fenômeno cíclico de reprodução da pobreza e exclusão social.

O Estado brasileiro está estagnado. Apesar de ter um dos ordenamentos jurídicos mais completos e avançados do mundo no que diz respeito à proteção da criança e do adolescente, é necessária a compreensão pela sociedade e pelo Estado que o aparato normativo existente, proclamador de direitos sociais, não garante por si só a efetivação desses direitos. Antes há que se conjugar aos direitos uma política social eficaz, que de fato concretize os direitos já positivados.

Somente um contínuo movimento de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, por meio de uma ação nacional integrada, capaz de envolver toda a sociedade no combate à exploração do trabalho infanto-juvenil, será capaz de expurgar a barbárie e catalizar esforços para colocar nossas crianças e adolescentes a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

É com esse objetivo que o Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e de Proteção ao Trabalhador Adolescente na Paraíba vem apoiando trabalhos de pesquisa cuja análise possibilite um conhecimento mais aprofundado não só da quantidade, mas das características e práticas do trabalho infantil.

Espera-se que esta publicação sobre o trabalho de crianças e adolescentes na cultura do abacaxi, no Município de Santa Rita/PB possa sensibilizar e mobilizar não só a sociedade civil, como, principalmente, o Poder Público para o enfrentamento do problema apresentado, bem como possa subsidiar a implementação de políticas públicas de atendimento a crianças, adolescentes e sua famílias.

Maria Edlene Costa Lins
Coordenadora do Fórum
João Pessoa, junho de 2006



Súmario

Introdução	15
Locais de maior concentração do trabalho infantil no município de Santa Rita	15
Metodologia	16
Perfil	17
A amostra	17
Faixa etária e idade em que começaram a trabalhar	18
Faixa etária e tempo de trabalho	19
Sexo e faixa etária	19
Raça ou Etnia	20
Primeira atividade de trabalho	21
O que explica a inserção precoce na cultura do abacaxi?	22
Motivos da inserção precoce no trabalho	22
Renda familiar X Idade em que começou	22
Renda semanal X Motivo para permanecer na atividade	23
Ocupação do pai e idade com que começaram a trabalhar	24
Participação familiar em programas de assistência	25
Idade em que começou a trabalhar X Bolsa Escola	25
Idade em que começou a trabalhar X Bolsa Família	26
Idade em que começou a trabalhar X Não participa de programas de assistência	27
Fatores Relevantes	28
Família	29
Origem	29
Número de membros na família	29
Renda familiar	29
Manutenção financeira do grupo familiar	29
Situação ocupacional da mãe em função dos motivos da inserção precoce no trabalho	30
Atividades desempenhadas pelos pais	31
Atividades	32
Atividade de trabalho e sexo	33
O que mais gostam?	35
Por que gostam?	35
Além desse trabalho, você faz outro trabalho atualmente?	36
Para quem trabalham?	36
O que ganham?	37
Relação de trabalho X Tipo de ganho	37
Como aprenderam a trabalhar?	37
Quanto ganham? Renda por semana	38
Jornadas e Turno de trabalho	39
Faixas etárias X Horas de trabalho por dia	39
Faixas etárias, dias trabalhados e horas trabalhadas por dia	40
O que fazem além do trabalho?	41
Escolaridade	43
Sexo X Atualmente estuda	43
Sexo X Defasagem	44
Zona X Atualmente estuda?	44
Idade com que começaram a trabalhar X Defasagem	45
Tempo de trabalho X Número de reprovações	45

Riscos	47
Como se sentem depois de um dia de trabalho?	48
Horas trabalhadas por dia e Condições após um dia de trabalho	48
Tempo de pausa no trabalho	49
Riscos físicos	50
Riscos químicos	51
Riscos biológicos	51
Riscos ergonômicos	52
Riscos de acidentes	53
Riscos sociais	54
Riscos psicológicos	54
Perspectivas de futuro	57
Futuro financeiro	59
Considerações Finais	60
Recomendações	61
Referências	62

Tabelas

Tabela 1: Faixas Etárias	17
Tabela 2: Faixas etárias em função das faixas etárias em que começaram a trabalhar	18
Tabela 3: Faixas etárias em função do tempo de trabalho no abacaxi	19
Tabela 4: Sexo em função das faixas etárias	20
Tabela 5: Sexo em função das faixas etárias em que começaram a trabalhar	20
Tabela 6: Raça/Etnia	21
Tabela 7: Renda mensal familiar em função das faixas etárias em que começaram a trabalhar	23
Tabela 8: Motivos para deixar de trabalhar no abacaxi em função dos motivos para tal	23
Tabela 9. Renda semanal em função dos motivos para permanecer na atividade	24
Tabela 10: Ocupação do pai em função da faixa etária com que começou a trabalhar	24
Tabela 11: Participação da família em programas de assistência	25
Tabela 12: Faixas etárias em que começaram a trabalhar em função da participação da família no programa Bolsa Escola	26
Tabela 13: Faixas etárias em que começaram a trabalhar em função da participação no programa Bolsa Família	26
Tabela 14. Faixas etárias em que começaram a trabalhar em função da participação da família em programas de assistência	27
Tabela 15: Situação ocupacional do pai em função da mãe trabalhar fora	30

Tabela 16: Trabalho externo da mãe em função dos motivos da inserção precoce no trabalho.....	30
Tabela 17: Distribuição de frequência das atividades desempenhadas pelos trabalhadores precoces na cultura do abacaxi	32
Tabela 18: Distribuição das atividades desempenhadas em função do gênero.....	33
Tabela 19: Outros trabalhos	36
Tabela 20: Relação de trabalho em função do que ganha	37
Tabela 21: Faixas etárias em função das horas trabalhadas por dia	39
Tabela 22: Horas trabalhadas por dia X Dias trabalhados por semana.....	40
Tabela 23: Sexo em função do desempenho das tarefas domésticas	41
Tabela 24: Defasagem escolar	43
Tabela 25: Defasagem escolar (anos)	43
Tabela 26: Zona onde vive em função da situação escolar.....	44
Tabela 27: Faixas etárias em que começaram a trabalhar em função da defasagem escolar	45
Tabela 28: Horas trabalhadas por dia em função das condições após um dia de trabalho	49
Tabela 29: Riscos físicos	50
Tabela 30: Riscos químicos	51
Tabela 31: Riscos biológicos	51
Tabela 32: Riscos biológicos	52
Tabela 33: Riscos ergonômicos	52
Tabela 34: Riscos de acidentes	53
Tabela 35: Riscos sociais	54
Tabela 36: Riscos psicológicos	54
Tabela 37: Futuro de trabalho.....	57
Tabela 38: Futuro de trabalho.....	58

Anexos

Questionário	65
--------------------	----

Introdução

Esse relatório apresenta dados da pesquisa sobre o trabalho infantil, na cultura do abacaxi, realizada no município de Santa Rita no estado da Paraíba, no ano de 2004. A referida pesquisa faz parte do Projeto Catavento, que objetiva contribuir para a prevenção e erradicação do trabalho infantil em suas piores formas em cinco municípios do estado da Paraíba.

O Projeto Catavento está sendo desenvolvido pela Organização Internacional do Trabalho – OIT em parceria com o Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil e Defesa do Adolescente Trabalhador – FEPETI, a Casa Pequeno Davi, que é a instituição executora, a Delegacia Regional do Trabalho – DRT e a Universidade Federal da Paraíba – UFPB. O papel da UFPB na parceria é desenvolver a pesquisa e analisar os dados, o que foi realizado pelo Grupo de Estudo sobre Trabalho Precoce, ligado ao Grupo de Pesquisa Subjetividade e Trabalho.

A escolha dos municípios para atuação do Projeto Catavento deu-se a partir da indicação dos membros das instituições públicas e organizações não-governamentais que compõem o FEPETI-PB. Tais indicações justificaram-se por serem esses municípios os mais representativos, com a maior concentração de crianças e adolescentes trabalhadores, na faixa de 7 a 18 anos de idade, na atividade em questão.

Santa Rita, segundo dados do Censo de 2000, tinha 1.132 crianças e adolescentes trabalhando, ocupando o 5º lugar no *ranking* do estado da Paraíba. Dentre essas, 566 em atividades perigosas.

Locais de maior concentração do trabalho infantil no município de Santa Rita

Nessa pesquisa, aplicou-se um questionário a 108 meninos e meninas trabalhadores na cultura do abacaxi no município de Santa Rita, nos distritos de Marcos Moura, Cicerolândia, Odilândia e Águas Turvas. A meta de erradicação do trabalho infantil prevista no projeto Catavento era de 103 sujeitos. A escolha desses municípios deu-se a partir da indicação dos membros das instituições públicas e privadas que compõem o FEPETI, que indicaram esses locais como os de maiores concentrações de crianças e adolescentes trabalhadores na faixa de 07 a 18 anos de idade.

A distribuição da amostra por esses distritos não foi intencional, mas decorreu do fato de se encontrar mais trabalhadores infantis em um distrito do que em outro. A amostra ficou assim distribuída: Odilândia 39,3%, Cicerolândia 27,1%, Águas Turvas 19,6%, Marcos Moura 14,0%.

Estes distritos compreendem áreas que foram outrora especializadas na plantação da cana-de-açúcar e transformadas em áreas urbanas.

Segundo Estrela (2004, p. 45-46):

(...) as primeiras áreas de cultivo do abacaxi na Paraíba foram os municípios de Mari e Sapé. A lavoura abacaxizeira começou a ser trabalhada no ano de 1955, na Fazenda Buracão, município de Sapé, pela empresa de sucos Maguari. Sua fase de maior crescimento no estado ocorreu na década de 60. Os municípios maiores produtores de abacaxi do estado, em 1980, eram Mari, Mamanguape e Sapé. Além desses três municípios, outros comandavam a produção: Pedras de Fogo, Araçagi e Itapororoca. A expansão e consolidação do abacaxi na Paraíba estiveram intimamente relacionadas à demanda do mercado externo, sobretudo o argentino.

Ainda segundo a referida autora, a partir da segunda metade da década de 80, a produção de abacaxi começou a diminuir nesses municípios, fazendo com que a Paraíba perdesse o lugar de maior produtora nacional. O declínio deve-se, especialmente, a três fatores: as secas, a falta de incentivo à

produção e a concorrência com outros estados. Aliado a esses fatores, o abacaxi é um produto de exportação e os custos do transporte marítimo, através do Porto de Cabedelo, contribuíram para a redução nas exportações e, conseqüentemente, na produção. A cultura deslocou-se dos municípios acima citados para Santa Rita, onde, até os anos 80, a cana era a lavoura mais importante.

Segundo dados do Jornal O Norte, acessado em 23 de agosto de 2005, na Paraíba, 38 municípios têm esse tipo de cultura. Santa Rita é o segundo município do país com maior produção.

Metodologia

Para a coleta de dados, elaborou-se um questionário no formato do Diagnóstico Rápido que foi aplicado em campo a crianças e adolescentes, com idades entre 7 e 18 anos, trabalhadoras na agricultura, na cultura do abacaxi, no município de Santa Rita.

Para a aplicação do questionário, a coordenação do projeto catavento promoveu contatos prévios entre os pesquisadores e diversas instituições governamentais e não-governamentais que atuam direta ou indiretamente na temática do trabalho infantil. O objetivo era que fossem facilitadores do contato dos pesquisadores com os meninos e meninas trabalhadores nas respectivas atividades de trabalho¹.

Em Santa Rita, contou-se com o apoio do Colégio Estadual Antônio Pereira, no bairro Marcos Moura; do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; da Escola Arnaldo Bonifácio, situada no distrito de Odilândia; do Conselho Tutelar de Santa Rita; e da Escola Flaviano Ribeiro Filho.

Alguns participantes responderam ao questionário nos colégios e escolas supracitados só, outros em sua própria residência, ou nos campos de plantação onde se encontravam trabalhando.

Após a aplicação, os questionários passaram por leituras cuidadosas, para se identificar e corrigir possíveis erros, e pelo processo de categorização das respostas para as questões abertas. Após a categorização das questões abertas, efetuou-se a enumeração de todas essas respostas no questionário para a construção de um banco de dados no *software* SPSS para o tratamento dos dados.

O processo de construção das tabelas também é feito através do *software* SPSS que fornece frequências e percentuais absolutos e relativos. Para essa pesquisa, optou-se por trabalhar apenas com percentuais relativos. A população da pesquisa é constituída de 115 pessoas, mas, em várias tabelas do relatório, o número de sujeitos apresentados é diferente deste, porque algumas questões não foram respondidas ou não se aplicavam.

Outro elemento a ser observado em algumas tabelas, constituídas apenas de uma variável, é o total percentual. Este total é calculado pelo SPSS, sofrendo arredondamento para valores pouco acima ou abaixo de 100,0%. A partir da leitura estatística, tais desvios de porcentagem são insignificantes.

Uma vez inseridos no referido *software*, os dados passaram por outra revisão, na tentativa de se eliminar quaisquer tipos de erros, inclusive de digitação. Após esta revisão, extraíram-se as frequências e as categorias semânticas, efetuando-se as correlações, a descrição e a análise dos dados.

O processo de construção das tabelas também é feito através do *software* SPSS, que fornece frequências e percentuais absolutos e relativos. Para essa pesquisa, optou-se por trabalhar apenas com percentuais relativos. A população da pesquisa é constituída de 108 pessoas, mas, em várias tabelas do relatório, o número de sujeitos apresentados é diferente deste, porque algumas questões não foram respondidas ou não se aplicavam.

Outro elemento a ser observado em algumas tabelas, constituídas apenas de uma variável, é o total percentual. Este total é calculado pelo SPSS, sofrendo arredondamento para valores pouco acima ou abaixo de 100,0%. A partir da leitura estatística, tais desvios de porcentagem são insignificantes.

¹ Vale ressaltar que a escolha do município no qual se atuaria em cada uma das atividades foi realizada pelo FEPETI.

Perfil

A amostra

A partir desses dados, é possível compreender que o trabalho precoce na cultura do abacaxi no município de Santa Rita tem o seguinte perfil: diz respeito a uma questão de gênero – 87% dos trabalhadores precoces são meninos e 13% são meninas. A idade mínima encontrada foi de 11 anos de idade, a moda² foi de 15 anos e a média, de 14,8. A observação da tabela a seguir revela que o maior percentual de sujeitos trabalhando reside na faixa etária proibida por Lei (Estatuto da Criança e do Adolescente, Art. 60), ou dentro daquela que se configuraria como de aprendizagem. Mas, a atividade trabalho em de análise não se caracteriza como tal.

Tabela 1: Faixas Etárias

Faixa Etária	<i>n</i>	%
11 a 14 anos	45	41,7
15 a 16 anos	45	41,7
17 a 18 anos	18	16,7
Total	108	100,0

Nota: Todas as tabelas tem como fonte a pesquisa de campo, Santa Rita-PB, 2004

Há uma questão referente à idade que nos permite uma visualização mais abrangente acerca da inserção precoce e possibilita alguns veios de análise. Trata-se da pergunta referente à idade com que começaram a trabalhar. Aparecem crianças que começaram com 6 e até 3 anos de idade. A maior concentração encontra-se na faixa de 8 a 14 anos, com a preponderância daqueles na faixa de 10 a 12 anos - 58,3%. Estes dados corroboram os do Fórum (2004) que apontam que os maiores índices ocupacionais, na faixa de 5 a 15 anos, encontram-se no Nordeste.

Os dados mostram que a faixa etária mais vulnerável a iniciar-se no trabalho na cultura do abacaxi é a de 10 a 12 anos. Isso possibilita a compreensão de que essas são as idades que demandam maior número e mais eficiência nas políticas públicas, principalmente aquelas pertinentes à prevenção do trabalho da criança, já que está nela o momento crucial de vulnerabilidade.

² Maior concentração de dados

Faixa etária e idade em que começaram a trabalhar

A literatura sobre o trabalho infantil mostra que a entrada precoce no trabalho reside mais entre crianças do que adolescentes, mas, essencialmente, ela é maior na faixa de 10 a 14 anos (Cervini & Burger, 1991). Partindo desse pressuposto, tentou-se verificar se isto se aplicava a cultura do abacaxi no município de Santa Rita. Correlacionando-se a idade que têm com a idade com que começaram, encontrou-se o seguinte dado significativo:

Tabela 2: Faixas etárias em função das faixas etárias em que começaram a trabalhar

Faixas etárias	Idade em que começou a trabalhar						Total	
	Até 7		8 a 14		15 a 16		n	%
	n	%	n	%	n	%	n	%
11 a 14	4	8,9	41	91,1	-	-	45	100,0
15 a 16	1	2,2	40	88,9	4	8,9	45	100,0
17 a 18	2	11,1	10	55,6	6	33,3	18	100,0
Total	7	6,5	91	84,3	10	9,3	108	100,0

Observa-se na tabela anterior que existe uma correlação positiva substancial ($g=0,566$), estatisticamente significativa ($p=0,011$), entre faixas etárias e idade com que começaram a trabalhar.

Em todas as faixas de idade estudadas, os pesquisados afirmam que começaram a trabalhar principalmente na faixa de 8 a 14 anos de idade. Sendo que, aqueles atualmente na faixa de 11 a 14 anos apresentam o maior percentual (91,1%). Este resultado mostra que a tendência atual é a de aumento no número de jovens que começam a trabalhar cada vez mais cedo. Aqueles que começaram a trabalhar mais tarde (faixa de 15 a 16 anos) são os que estão com as idades compreendidas entre 17 e 18 anos (33,3%).

Há alguns elementos teóricos que permitem compreender que o fato de que a maior parte começa nessa faixa de 11 a 14 porque é um período em que se conquista certa autonomia em termos do desenvolvimento bio-psico-social (Mussen, 1988). Ou seja, está ocorrendo uma adultização das crianças (Alberto, 2002). Uma vez atingido-se esta maturidade física e cognitiva, o grupo cultural do qual faz parte passa a concebê-lo como dotado de capacidades maturacionais para o trabalho. Se isso se confirma enquanto uma tendência, brasileira em especial, podemos compreender que, nas camadas populacionais mais pobres estaria ocorrendo um retrocesso àqueles aspectos que Ariès (1981) descreve ao mostrar a construção sócio histórica da noção de infância. Isto é, não há na sociedade a concepção da criança como objeto de cuidado e afeto, mas uma homogeneização do processo de socialização num tipo de convívio comum e indiferenciado entre esta fase do desenvolvimento e a vida adulta.

Estes dados corroboram outros autores que concebem que a maior vulnerabilidade dessa faixa, entre 10 e 12 anos, reside principalmente em dois aspectos. A criança goza de determinados privilégios no seio da família, os quais são perdidos na medida em que crescem e passam a ter condições de fazer algumas tarefas, o que significa que a infância, para as classes pobres, acaba mais cedo (Sarti, 1995; Dauster, 1992; Moreira, 2003). Essa idade representa um período de conquista de maior autonomia dentro do processo individual de desenvolvimento, o que permitiria a saída de casa (Alberto, 2002) e a inserção no trabalho.

Faixa etária e tempo de trabalho

Os trabalhadores precoces na cultura do abacaxi têm um tempo de trabalho que varia de 1 dia a 10 anos de trabalho, de modo que a maior concentração se encontra na faixa de 2 a 4 anos de trabalho. Os dados levam a se elaborar a hipótese de que, quanto mais alta a faixa etária dos entrevistados, mais tempo eles têm de trabalho. Uma correlação entre as duas variáveis foi efetuada, utilizando-se o recurso do *SPSS* denominado *cross tabulation*.

Tabela 3: Faixas etárias em função do tempo de trabalho no abacaxi

Tempo de trabalho no abacaxi												
Faixas etárias	1 a 60 dias		90 dias a 1 ano		2 a 4 anos		5 a 6 anos		7 a 10 anos		Total	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
11 a 14	8	19,0	10	23,8	21	50,0	2	4,8	1	2,4	42	100,0
15 a 16	5	11,4	6	13,6	21	47,7	7	15,9	5	11,4	44	100,0
17 a 18	-	-	4	22,2	7	38,9	3	16,7	4	22,2	18	100,0
Total	13	12,5	20	19,2	49	47,1	12	11,5	10	9,6	104	100,0

O resultado indica que, quanto mais alta a faixa etária do entrevistado, mais tempo ele tem de trabalho na atividade do abacaxi. A correlação encontrada é positiva moderada ($g=0,394$) e estatisticamente significativa ($p=0,01$). O fato de a correlação não ser forte também indica que existem várias pessoas mais novas que estão trabalhando há muito tempo nesta atividade. O que revela que, na cultura do abacaxi, o maior percentual de sujeitos começou a trabalhar quando criança.

Sexo e faixa etária

Também se procedeu a um cruzamento entre gênero e faixa etária para se verificar se meninos e meninas se concentravam em faixas etárias específicas e diferenciadas. Os dados mostraram que não havia correlações significativas. Ambos concentram-se mais ou menos nas mesmas idades. As pessoas do sexo feminino estão concentradas principalmente nas categorias de idade de 15 a 16 anos (57,1%), e, em seguida, nas de 11 a 14 anos (42,9%). Não houve caso na categoria de 17 a 18 anos. Os homens estão concentrados nas faixas de 11 a 14 anos, 41,5%, e de 15 a 16, 39,4%. Apenas 19,1% estão na faixa de 17 a 18 anos.

Tabela 4: Sexo em função das faixas etárias

Sexo	Faixas Etárias						Total	
	11 a 14		15 a 16		17 a 18			
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Feminino	6	42,9	8	57,1	-	-	14	100,0
Masculino	39	41,5	37	39,4	18	19,1	94	100,0
Total	45	41,7	45	41,7	18	16,7	108	100,0

Havia também um questionamento no sentido de se compreender se, nesta atividade, os meninos e as meninas começavam a trabalhar em idades diferenciadas. Os dados revelaram que não existe associação significativa entre as variáveis sexo e idade. A distribuição dos dados por sexo mostra que a maioria dos homens e mulheres começa a trabalhar na faixa de 8 a 14 anos de idade. Uma pequena diferença, que não é significativa estatisticamente, na faixa de 17 a 18 ocorreram casos apenas de homens.

Tabela 5: Sexo em função das faixas etárias em que começaram a trabalhar

Sexo	Faixas etárias em que começaram a trabalhar						Total	
	Até 7		8 a 14		15 a 16			
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Feminino	2	14,3	12	85,7	-	-	14	100,0
Masculino	5	5,3	79	84,0	10	10,6	94	100,0
Total	7	6,5	91	84,3	10	9,3	108	100,0

Raça ou Etnia

No que diz respeito a raça ou etnia, 68,5 % são afrodescendentes, 27,8% são brancos e 3,7% são amarelos. É importante explicar que a pergunta sobre raça era feita da seguinte forma: “No Brasil existem pessoas de diversas raças. Na sua opinião, qual a raça a que você pertence?” As opções eram: branca, negra, mulata, amarela, outra. O total de 68,5% foi obtido juntando-se negra, mulata e morena, além de cabocla e parda, que sugeriram a partir da opção outra.

É possível abstrair que, na agricultura, particularmente na cultura do abacaxi em Santa Rita, o trabalho infantil tem um recorte de raça ou etnia, de modo que parcela significativa dos trabalhadores infantis são afrodescendentes. Este é um aspecto histórico cultural significativo a ser considerado. A história da sociedade brasileira revela o caráter diferenciador que o trabalho assume no contexto do processo de formação étnica e da sua relação com o trabalho. Objeto de estudo de sociólogos, antropólogos e historiadores (Freire, 1982; Kowarick, 1994; De Luca, 2003), essa relação tem sido mostrada como sendo o trabalho atribuído a negros ou homens brancos pobres. De modo que os dados encontrados nessa pesquisa parecem corroborar essa perspectiva analítica, principalmente caso se considere que Santa Rita fica na área litorânea, onde a presença do escravo foi preponderante, sobretudo para ser utilizado no corte da cana-de-açúcar.

Embora pouco enfatizada nos estudos sobre o trabalho infantil, a questão racial nos dados em análise, parecem confirmar a tendência identificada por outros autores (Tavares, 2002) de que, no Nordeste, predomina a inserção precoce de crianças e adolescentes afrodescendentes.

Tabela 6: Raça/Etnia

Raça	<i>n</i>	%
Afrodescendente	74	68,5
Branca	30	27,8
Amarela	4	3,7
Total	108	100,0

Primeira atividade de trabalho

A primeira atividade de trabalho para 86,1% dos sujeitos foi na agricultura. Este é um dado interessante, porque 28,7% moram na zona urbana e vão trabalhar no campo. Se isto acontece, é porque o trabalho precoce no abacaxi propicia uma migração motivada pela busca do trabalho, no sentido da cidade para o campo, talvez no sentido inverso do que fizeram seus pais.

Seus pais migraram para Santa Rita em busca de melhores condições de vida, mas, lá chegando, encontraram trabalho nas atividades agrícolas, ou porque era a única que lhes apareceu ou a única atividade que podiam desempenhar. De modo que se verifica, entre os pais e as mães, a agricultura como ocupação principal. Para tentar compreender e interpretar o que significa isto, encontram-se na literatura sobre migrações alguns argumentos. Há várias correntes com visões diversificadas, mas duas imperam: uma, que compreende a migração, no Brasil e na América Latina, até os anos 70, como produzindo uma ascendência sócio-econômica sobre as gerações passadas (Pastore, 1979); a outra que não compreende que mudar para a cidade e tornar-se bóia-fria seja um fenômeno de ascendência social (Jannuzzi, 2000). Todavia, de modo geral, todas as correntes concordam que, da década de 70 em diante, houve queda acentuada da mobilidade ascendente, equivalente a aumentos expressivos alcançados pelas imobilidade e mobilidade descendentes. Estes aspectos poderiam ajudar a compreender os dados dessa pesquisa. Como este não foi um aspecto investigado, fica apenas como uma reflexão que contribuiria para se compreender o fato de que o trabalho infantil na cultura do abacaxi na Paraíba é a primeira atividade para 86,1% dos sujeitos entrevistados.

Essa é uma reflexão necessária, uma vez que o município de Santa Rita faz parte da área metropolitana de João Pessoa, capital da Paraíba. Dista da capital cerca de 25 Km e tem como característica ser cidade dormitório, dada proximidade. Portanto, o deslocamento das famílias de outras cidades para o município de Santa Rita, provocado pela busca de empregos e melhores condições de vida, poderia ter sido uma forma de aproximar-se da capital. O que os dados podem estar apontando é que esse fato é uma das dimensões da inserção precoce na cultura do abacaxi.

O que explica a inserção precoce na cultura do abacaxi?

Motivos da inserção precoce no trabalho

Quanto ao motivo pelo qual a criança e o adolescente se inserem precocemente no trabalho na cultura do abacaxi, no município de Santa Rita, são predominantemente “necessidades financeiras” (50,9%) e “rede de relações que oportuniza” (19,4%).

Esta era uma questão aberta e as respostas foram: “necessidade financeira”, “falta de opção”, “para ocupar-se”, “iniciativa própria”, “independência financeira”, “rede de relações que oportuniza”. Na tentativa de se compreender e analisar as respostas, procedeu-se a uma categorização semântica que possibilitou o aparecimento desses dois conjuntos de motivos. Ou seja, os dados corroboram outras pesquisas que mostram que a principal causa da inserção precoce no trabalho deriva das condições de vida da família. No caso desta pesquisa, embora o pai trabalhe em mais de 70% dos casos e a mãe em mais de 30%, o rendimento financeiro é insuficiente, principalmente considerando-se o número de pessoas na família, que varia de 1 a 12, com uma maior concentração de 6 e 7, equivalente a 18%.

Quanto à categoria “rede de relações que oportuniza”, mostra-se a tendência de aceitação e utilização do trabalho infantil que impera na mentalidade da sociedade brasileira, que compreende o trabalho infantil como um antídoto à marginalidade. Além do que, há sempre alguém disposto a oferecer trabalho a uma criança, seja por este aspecto, seja porque lhe pagará menos do que a um adulto, ou a explora sem pagar. Quando muito, paga-a com gêneros (alimentos, roupas, etc).

Renda familiar X Idade em que começou

Como o principal motivo alegado pelos sujeitos para se inserirem precocemente no trabalho foi a necessidade financeira, levantou-se como hipótese que havia uma associação entre a renda familiar e a idade em que se começava a trabalhar e esperava-se que, quanto menos a família dispunha de renda, mais cedo os sujeitos começavam a trabalhar.

Todavia, ao fazer-se um *cruzamento de tabelas* entre essas duas variáveis, isto não se confirmou. A tabela não apresenta associação entre as duas variáveis, isto é, independe da renda mensal familiar a idade em que a pessoa começou a trabalhar. Nem mesmo a faixa etária predominante para se começar a trabalhar, de 8 a 14 anos, concentrou-se mais nas famílias com renda de até 1 salário mínimo (SM). Pelo contrário, concentrou-se na faixa de mais de 1 SM.

Tabela 7: Renda mensal familiar em função das faixas etárias em que começaram a trabalhar

Renda	Faixas etárias						Total	
	Até 7		8 a 14		15 a 16			
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Até 1 SM	3	11,1	20	74,1	4	2,8	27	100,0
Mais de 1 a 2 SM	2	4,8	36	85,7	4	4,3	42	100,0
Mais de 2 a 3 ½ SM	2	7,1	24	85,7	2	7,1	28	100,0
Total	7	7,2	80	82,5	10	10,3	97	100,0

A concentração na faixa de mais de 1 SM corrobora dados da PNAD 2001, segundo os quais as pessoas de 5 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência, na Paraíba, concentram-se nas classes de rendimento mensal de mais de 1 SM (34,7%).

Logo, não é só a renda familiar o fator condicionante. Há aqueles de ordem sócio-cultural: a entrada precoce dos filhos no mercado de trabalho diz respeito à própria cultura da família que compreende o trabalho com um elemento formador e um antídoto à marginalidade. Aliam-se a esses fatores aqueles relacionados ao acesso aos equipamentos institucionais, como, por exemplo, a escola, de modo que não apenas a falta dela, mas a qualidade dos serviços por ela prestados podem contribuir para essa inserção precoce no trabalho.

Segundo Kassouf (2002, p. 73), (...) *fixando os salários e a renda, a região com pior infra-estrutura – quantidade e qualidade das escolas e atividades recreacionais – é aquela que leva mais crianças a trabalhar.*

Renda semanal X Motivo para permanecer na atividade

Considerava-se também que a remuneração que a criança ou adolescente recebe trabalhando no abacaxi fosse um dos fatores explicativos para que ele desejasse permanecer trabalhando, já que o principal motivo para se inserir foi a necessidade financeira. Por isso perguntamos: “Você gostaria de deixar de trabalhar nesta atividade?” Todavia, ao se realizar um *cruzamento de tabelas* com as duas variáveis, a relação não foi significativa.

Tabela 8: Motivos para deixar de trabalhar no abacaxi em função dos motivos para tal

	Motivos para deixar		Motivos para permanecer	
	Sufrimento do corpo	Mudar de vida	Necessidade financeira	Acha bom
Gostaria de deixar?	%	%	%	%
Sim (76,9%)	58,5	39,0	-	-
Não (23,1%)	-	-	36,4	63,6

Dentre os sujeitos entrevistados, 76,9% responderam que sim, gostariam de deixar, e 23,1% responderam que não. O motivo alegado por 58,5% para desejarem deixar a atividade foi o sofrimento físico e psíquico que a atividade impõe, 39% responderam que gostariam de mudar de vida e apenas 2,4% gostariam de deixar devido à remuneração.

Para os que não gostariam de deixar, o motivo alegado por 33,3% foi a necessidade financeira e 58,3% porque gostam, acham bom.

Tabela 9. Renda semanal em função dos motivos para permanecer na atividade

Renda	Motivos				Total	
	Necessidade financeira		Gosta do trabalho ou acha bom			
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Entre 1 e 20 reais	1	16,7	5	83,3	6	100,0
Entre 21 e 40 reais	2	28,6	5	71,4	7	100,0
Entre 41 e 100 reais	4	50,0	4	50,0	8	100,0
Total	7	33,3	14	66,7	21	100,0

Ocupação do pai e idade com que começaram a trabalhar

Alguns autores têm encontrado em suas pesquisas que a ocupação do pai (Cervini & Burger, 1991), escolaridade (Kassouf, 2002) e a cultura familiar (Alberto, 2002) são fatores importantes para que os filhos sejam trabalhadores infantis. Nesta pesquisa, tentou-se identificar a influência da ocupação do pai sobre a idade com que a criança ou o adolescente começou a trabalhar. A análise estatística neste caso não foi significativa, conforme tabela seguinte.

Tabela 10: Ocupação do pai em função da faixa etária com que começou a trabalhar

Setor	Faixas etárias						Total	
	Até 7		8 a 14		15 a 16			
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Agricultura	4	7,3	49	89,1	2	3,6	55	100,0
Serviços	1	5,9	14	82,4	2	11,8	17	100,0
Total	5	6,9	63	87,5	4	5,6	72	100,0

Participação familiar em programas de assistência

Em conformidade com a literatura sobre trabalho infantil, uma das causas elencadas para a inserção precoce é a falta de equipamentos institucionais, que leva a família a conduzir consigo os filhos, promovendo uma aprendizagem que começa, às vezes, como uma brincadeira, e acaba sendo responsável por essa utilização da mão-de-obra infanto-juvenil. Partindo desse princípio, buscou-se compreender se tais concepções aplicar-se-iam aos trabalhadores precoces na cultura do abacaxi no município de Santa Rita. Nesta pesquisa, indagou-se: “Sua família ou você participa de algum programa de assistência?” Responderam que sim 43,5% dos entrevistados, e não 56,5%. Dentre os que responderam sim, o que predomina é a participação no “Programa Bolsa Escola” (48,1%), seguido do Vale Gás (23,1%), do Bolsa Família (10,2 %), e Fardamento e Livro (9,3%).

Tabela 11: Participação da família em programas de assistência

Programa	Sua família ou você participa de algum programa de assistência?			
	Sim (56,5%)		Não (43,5%)	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
PETI	1	1,9	107	88,1
Bolsa Escola	52	48,1	56	51,9
Bolsa Família	11	10,2	97	89,8
Vale Gás	25	23,1	83	76,9
Pão e Leite	8	7,4	100	92,6
Fardamento e Livro	10	9,3	98	90,7

Idade em que começou a trabalhar X Bolsa Escola

Para se verificar a relação entre o trabalho infantil e equipamentos institucionais, realizou-se um cruzamento de dados entre alguns programas assistenciais de renda mínima desenvolvidos pelo Governo Federal. São políticas que gerariam condições mínimas de manutenção da família e que poderiam direta ou indiretamente prevenir ou erradicar o trabalho infantil.

No que diz respeito ao Programa Bolsa Escola, observou-se que as categorias “até 7 anos” (7 casos) e de “15 a 16 anos” (10 casos) não têm representatividade estatística, ou seja, o tamanho da amostra para esses grupos etários foi insuficiente. Neste caso, a tabela perde o sentido de ser analisada em termos de se verificar associações. Quase todos os entrevistados estão na categoria “de 8 a 14 anos” (91 casos).

Todavia, ela possibilita a compreensão de que a maior concentração de trabalhadores é exatamente neste grupo cujas famílias são beneficiadas pelo Programa e que as Leis brasileiras, (Constituição Federal, LDB, Estatuto da Criança e do Adolescente) obrigam à escolaridade, principalmente gratuita.

Tabela 12: Faixas etárias em que começaram a trabalhar em função da participação da família no programa Bolsa Escola

Faixas	Participação no Bolsa Escola				Total	
	Sim		Não		<i>n</i>	%
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Até 7 anos	5	71,4	2	28,6	7	100,0
8 a 14 anos	43	47,3	48	52,7	91	100,0
15 a 16 anos	4	40,0	6	60,0	10	100,0
Total	52	48,1	56	51,9	108	100,0

Faz-se pertinente a análise de que, embora o Bolsa Escola não tenha como objetivo erradicar o trabalho infantil, o referido Programa também não se mostra eficiente para preveni-lo. Era de se esperar que o fato de estar na escola e receber um auxílio impedisse a criança de trabalhar. Estes dados do trabalho infantil no abacaxi mostram que isso não é verdade, ou seja, receber um benefício social não é suficiente para a criança e o adolescente não trabalhar no abacaxi. Há ainda o caso de 1,9% de crianças que têm o PETI. Vale ressaltar que, na época da pesquisa, inexistia o PETI no referido município. Havia sido feito o cadastramento, mas não havia sido feita a inserção e não estava ainda funcionando.

Caberia o questionamento de que a inexistência de correlação deva-se ao fato de que a maioria dos sujeitos pode ter iniciado o trabalho antes da entrada no programa. Todavia, era de se esperar que, uma vez inserido no mesmo e recebendo a bolsa, não continuassem a trabalhar.

Idade em que começou a trabalhar X Bolsa Família

As correlações não foram significativas. O programa não se mostrou suficiente para prevenir ou erradicar o trabalho infantil entre a população pesquisada. Entretanto vale ressaltar que não há vinculação ou critério associativo entre o recebimento da bolsa e a saída do trabalho.

Tabela 13: Faixas etárias em que começaram a trabalhar em função da participação no programa Bolsa Família

Faixas	Participação no Bolsa Família				Total	
	Sim		Não		<i>n</i>	%
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Até 7 anos	1	14,3	6	85,7	7	100,0
8 a 14 anos	8	8,8	83	91,2	91	100,0
15 a 16 anos	2	20,0	8	80,0	10	100,0
Total	11	10,2	97	89,8	108	100,0

Idade em que começou a trabalhar X Não participa de programas de assistência

A correlação entre a idade que começou e a não participação em programas também não é significativa, ou seja, não participar de programas não é um fator, nesta atividade, responsável pela inserção precoce no trabalho.

Tabela 14. Faixas etárias em que começaram a trabalhar em função da participação da família em programas de assistência

Faixas	Participação em programas				Total	
	Participa		Não participa		<i>n</i>	%
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Até 7 anos	5	71,4	2	28,6	7	100,0
8 a 14 anos	50	54,9	41	45,1	91	100,0
15 a 16 anos	6	60,0	4	40,0	10	100,0
Total	61	56,5	47	43,5	108	100,0

Há que se levantar como questão a eficácia dos programas assistências do ponto de vista de mudanças. Qual o papel que desempenham? Como garantem o acesso aos direitos? Qual o significado deles enquanto propostas afirmativas que garantam a positividade do direito? Os valores são insuficientes para manter, ou sequer contribuir efetivamente, na manutenção da família, como mostram as pesquisas, principalmente as já feitas na Paraíba (Domingos *et alii*, 2003; Brito & Teixeira, 2003). Os meninos e meninas voltam a trabalhar mesmo com o PETI e, principalmente, devido aos constantes atrasos no pagamento.

Apesar de estudarem, a escola não é suficiente para impedi-los de trabalhar, haja vista a defasagem escolar que os sujeitos apresentam. Estrela (2004, p. 65-66), em pesquisa em Odilândia, um dos distritos objeto dessa pesquisa, encontrou o seguinte quadro:

Entre os entrevistados, os índices de defasagem escolar série-idade são significativos e refletem os altos índices de reprovação e evasão. (...) Todos os alunos apresentaram índices de distorção série-idade que variou entre um (01) e sete (07) anos, (...)20% apresentam defasagem de cinco anos, (...) 23% defasagem de seis anos. (...) dos 30 alunos trabalhadores que constituíram a amostragem da pesquisa em 2004, 10% desistiram de estudar e 10% foram reprovados no ano letivo de 2003. (...) já no ano de 2002, dados da escola davam conta de que 0,9% evadiram-se e 10% foram reprovados.

É possível que a erradicação só seja provável de acontecer com o PETI, não pela bolsa, mas pela jornada ampliada, a frequência à escola e o trabalho com as famílias, principalmente o trabalho sócio-educativo que poderia funcionar no sentido de conscientizar os pais.

Segundo a PNAD 2001, que ampliou as características de trabalho e educação de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos, na Paraíba, o principal motivo alegado para não frequentar a escola (37,8%) foi que não existia escola perto de casa ou a falta de vaga na escola.

Fatores Relevantes

Os dados revelaram que o principal motivo para as crianças e adolescentes do município de Santa Rita começarem a trabalhar no abacaxi é financeiro, mas ele, por si só, não explica a manutenção na atividade. As políticas públicas em execução não são impeditivas do trabalho infantil. Todavia, há outros fatores que podem explicar a manutenção desse sujeitos no trabalho, tais como a escola (a falta de escolas ou a inadequação das mesmas para atender a esse grupo) ou ainda a falta de outras políticas sociais, como lazer e formação profissional. Esta pesquisa corrobora os estudos (Fórum, 2004; Quadros, 2001) que identificam que não apenas o trabalho prejudica a escolaridade, mas a debilidade do sistema educacional ou a falta de equipamentos educacionais induzem ao ingresso precoce no trabalho. Além de uma cultura pró-trabalho infantil e um mercado que o oportuniza.

Há dois fatores relevantes e que estão diretamente interligados aos expostos acima:

- a) as características das tarefas que compõem uma determinada atividade de trabalho, que incorpora a criança por seu peculiar processo de desenvolvimento, tais como baixa estatura, agilidade, mobilidade, etc;
- b) o outro é a relação entre a dinâmica do mercado de trabalho e seus reflexos sobre a atividade econômica (êxodo masculino e o crescente uso de tecnologia).



Família

Origem

As famílias das crianças e adolescentes trabalhadoras na cultura do abacaxi são originárias do próprio município de Santa Rita (63,9%) e de outras cidades (36,1%). Os motivos da mudança, para os que são originárias de outras cidades, foram: “busca de oportunidade de emprego” (48,3%), “busca de melhores condições de vida” (20,7%), “constituição ou separação da família” (17,2%) e “outros” (13,8%). Dentre estes “outros”, aparecem a “violência” e “a busca de apoio familiar” como elementos responsáveis pela mudança.

Número de membros na família

O número de pessoas por residência varia de 1 a 12 pessoas, sendo que a moda são 6 e 7. Predominam os números de 4 a 7 (69,9%) e de 8 a 12 pessoas (18,9%). Os números são altos quando se considera que a média nacional é de 3,9 pessoas no setor rural e 3,5 no setor urbano. De acordo com os dados da PNAD 2001, quanto maior a família, mais elevado é o nível de ocupação das crianças e adolescentes.

Renda familiar

A família tem uma renda mensal que varia de $\frac{1}{2}$ salário mínimo³ a mais 3 e $\frac{1}{2}$ salários mínimos. Todavia, predominou de 1 a 2 salários mínimos (42%) e de 2 salários mínimos a 3 $\frac{1}{2}$ salários mínimos (28%).

Dados da PNAD 2001 revelam que, até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, o número de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos trabalhando é de 18,9%, um pouco maior do que aqueles cuja renda familiar varia de mais de $\frac{1}{2}$ até 10 salários mínimos, 12,2% a 13,7%, e que decai para 7,5% quando a família ganha mais de 10 salários mínimos.

Manutenção financeira do grupo familiar

No que diz respeito à responsabilidade do pai na manutenção do grupo familiar, os dados dão conta de que o “pai trabalha” em 71,3%, menos de 1% “não trabalha”, enquanto 27,8% encontram-se afastados da família, ou por ter “falecido”, ou porque os sujeitos entrevistados “conhecem mas não moram com ele”, ou porque “não conhecem”. Os dados mostram que o pai sozinho não consegue mais manter a família, necessitando que os filhos insiram-se cada vez mais jovens no trabalho.

³ O salário mínimo na época da pesquisa (2004) era de R\$ 260,00.

Tabela 15: Situação ocupacional do pai em função da mãe trabalhar fora

	"Sua mãe trabalha fora?"				Total	
	Sim		Não			
"Seu pai trabalha?"	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Sim	21	28,0	54	72,0	75	100,0
Pai ausente	14	48,3	15	51,7	29	100,0
Total	35	33,7	69	66,3	104	100,0

Quando o pai trabalha, 28% das mães trabalham. Isto aumenta no caso dos pais ausentes para 48,3%. Quando o pai está ausente, o número de mães que não trabalham também é relevante (51,7%). Este pode ser um dos fatores que inicia as crianças no trabalho, caso em que eles serão responsáveis pela manutenção do grupo familiar.

Os dados mostram que, para 27,8% dos entrevistados, a responsabilidade é da mãe de manter sozinha o grupo familiar. Esta é uma das causas apontadas por alguns autores para a inserção precoce de crianças e adolescentes no trabalho, devido à situação de pobreza e à fragmentação familiar (Cervini & Burger, 1991; Trabalho Infantil e Gênero, 2003).

Situação ocupacional da mãe em função dos motivos da inserção precoce no trabalho

Comparando-se a situação ocupacional da mãe com a inserção precoce no trabalho infantil na cultura do abacaxi, não se apresentaram resultados estatísticos significativos, ou seja, o trabalho da mãe não é um fator responsável por esse tipo de trabalho infantil. Os dados aqui encontrados contradizem outras pesquisas (Trabalho Infantil e Gênero, 2003). Um dos fatores explicativos deve-se ao fato de que, na literatura, essas famílias compreendem aquelas em situação de pobreza extremada (Cervini & Burger, 1991) enquanto, em Santa Rita, a renda das famílias é mais alta, de 2 a 4 e de até 10 salários mínimos. Um outro fator explicativo para a correlação não ser significativa talvez se deva ao tamanho da amostra, que, nesta pesquisa, é pequena. Quando se procede ao tratamento estatístico, a divisão das caselas por variável torna-se insignificante estatisticamente.

Tabela 16: Trabalho externo da mãe em função dos motivos da inserção precoce no trabalho

	Motivos da inserção precoce				Total	
	Financeiro		Ofertas e oportunidades			
"Sua mãe trabalha fora?"	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Sim	21	61,8	13	38,2	34	100,0
Não	52	77,6	15	22,4	67	100,0
Total	73	72,3	28	27,7	101	100,0

Dentre os 32,4% que responderam que a mãe trabalha, os ramos de atividades nos quais trabalha são: “serviços” (48,6%), “agricultura” (45,7%) e “comércio” (5,7%).

Dentre as atividades desempenhadas, aparece em primeiro lugar os “serviços domésticos” com 54,3%, seguidos da “agricultura” com 45,7%. Aparecem ainda comerciante, secretária, auxiliar, funcionária pública, diretora e vendedora.

Atividades desempenhadas pelos pais

Dentre aqueles 71,3% que informaram que o “pai trabalha”, os ramos de atividades nos quais trabalham são 71,4% na “agricultura”, 22,1% em “serviços”, 5,2% em “indústria”, e 1,3% no “comércio”. O fato de o pai e de a mãe trabalharem na agricultura justifica uma cultura familiar ligada a essa ocupação.

As atividades desempenhadas foram: agricultura, vigilante, jardineiro, cuidado de animais, pedreiro, trabalhador na usina, serralheiro, comerciante, calçador de rua, operário, carregador de lenha, motorista, borracheiro e catador de lixo.



Atividades

A descrição das atividades desempenhadas tinha o objetivo de possibilitar a visualização da situação de trabalho, ou seja, o que realmente a criança e o adolescente fazem e, ao mesmo tempo, analisar do conjunto das exigências físicas e psíquicas que a cultura do abacaxi demanda. Os dados, conforme o quadro a seguir, permitem vislumbrar que os meninos e meninas desempenham, por ordem de aparecimento, as seguintes atividades:

Tabela 17: Distribuição de frequência das atividades desempenhadas pelos trabalhadores precoces na cultura do abacaxi

Atividades desempenhadas	<i>n</i>	%
Plantar	98	90,7%
Capinar	73	67,6
Adubar	69	63,9%
Limpar a fruta	64	59,3%
Selecionar	53	49,1%
Colher	50	46,3%
Carregar o caminhão	37	34,3%
Acondicionar em caixas, balaio, carros de mão	32	29,6%
Transportar até o caminhão com balaio na cabeça	22	20,4%
Descarregar o caminhão no depósito	20	18,5%
Acondicionar em caixas para ser comercializado	14	13,0%
Semear	12	11,1%
Aguar	12	11,1%
Vender na feira	11	10,2%
Transportar até o caminhão em balaio (com ajuda)	8	7,4%
Transportar até o caminhão em carros de mão	7	6,5%
Transportar até o caminhão em caixas (sozinho)	5	4,6%
Carregar fiação	3	2,8%
Transportar até o caminhão em caixas (com ajuda)	2	1,9%
Quebrar bandeira	1	0,9%

Vale salientar que as tarefas “Quebrar bandeira” e “Carregar fiação”, não foram ofertadas nos questionários por não serem conhecidas. Elas surgiram na categoria “outras”.

É possível compreender que todas as tarefas demandam exigências físicas e psíquicas que, desempenhadas por crianças de até 11 anos de idade, podem ser prejudiciais para o seu desenvolvimento. As tarefas de “plantar” (90,7%) e “capinar” (67,7%), que aparecem com percentuais mais altos, exigem corpo curvado;

as tarefas de “carregar o caminhão” (34,3%), “transportar até o caminhão com balaio na cabeça” (7,4%), “transportar em carros de mão” (6,5%) e “transportar em caixas” (4,6%) são tarefas de carregar peso; e a tarefa de “adubar”, referida por 63,9% dos sujeitos, expõe ao contato com agrotóxicos. São exigências físicas que podem causar sérios danos à saúde desses sujeitos em processo de desenvolvimento, por um processo lento de degeneração orgânica após vários anos de trabalho.

Embora não tenhamos realizado um levantamento epidemiológico de doenças que acometem os meninos e as meninas na cultura do abacaxi, cumpre assinalar que os esforços físicos e as posturas corporais demandadas nas atividades de trabalho podem levar a problemas de desgaste muscular.

A diversidade de tarefas e o número diferenciado de participantes permitem analisar que nem todos os trabalhadores precoces participam de todas as tarefas, mas o tipo de instrumento utilizado não permite explicar o porquê. Também é possível apreender que esta atividade tem ocupação o ano inteiro. Este é um aspecto que diz respeito ao que os autores atribuem como uma das causas do trabalho infantil: as características físicas das crianças favorecem o desempenho de algumas tarefas (Fausto & Cervini, 1991; Alberto, 2002).

Atividade de trabalho e sexo

Vários autores que analisam a relação trabalho e gênero, tanto em relação aos adultos (Kergoat, 1986; Hirata, 1988; Macedo, 1993), quanto em relação ao trabalho infantil especificamente (Madeira, 1997; Cervini & Burger, 1991; Tavares, 2002; Alberto, 2002), referem-se à existência de uma divisão social e sexual e de gênero. Com o objetivo de se verificar se havia tal característica na cultura do abacaxi, cujo sinal primeiro se devia à predominância do número de meninos (87%) em relação ao número de meninas (13%), submeteram-se os dados a análises estatísticas correlacionais entre as atividades e o sexo.

Tabela 18: Distribuição das atividades desempenhadas em função do sexo

Atividade	Gênero			
	Menino		Menina	
	Sim (%)	Não (%)	Sim (%)	Não (%)
Plantar	90,4	9,6	92,9	7,1
Capinar	68,1	31,9	64,3	35,7
Adubar	68,1	31,9	35,7	64,3
Limpar a fruta	59,6	40,4	57,1	42,9
Selecionar	46,8	53,2	64,3	35,7
Colher	48,9	51,1	28,6	71,4
Carregar o caminhão	39,4	60,6	-	-
Acondicionar em caixas, balaio e carros de mão	33,0	67,0	7,1	92,9
Transportar até o caminhão com balaio na cabeça	22,3	77,7	7,1	92,9

Sexo X Planta

A correlação entre sexo e a tarefa de plantar mostrou que não há relação significativa. A maioria das mulheres e dos homens executa esta atividade, 92,9% e 90,4%, respectivamente.

Sexo X Capina

A correlação entre sexo e a tarefa de capinar mostrou que não existe diferença significativa entre os percentuais de homens e mulheres nas respostas da variável: 64,3% das mulheres e 68,1% dos homens executam a capinagem.

Sexo X Aduba

A correlação entre sexo e a tarefa de adubar mostrou que há relação significativa. Observa-se uma associação fraca ($\phi=0,226$), estatisticamente significativa ($p<0,05$), entre sexo e a tarefa de adubação. Existe uma diferença favorável aos homens de 32,4%, entre os que responderam que executam esta atividade de adubação.

Sexo X Limpa a fruta

A correlação entre sexo e a tarefa de limpar a fruta mostrou que não há relação significativa no grupo das mulheres. As que responderam que limpam a fruta (57,1%), superam em 14,2% aquelas que não executam esta atividade. Nos homens, a diferença é de 19,2%, portanto ligeiramente maior. 59,6% responderam que sim.

Sexo X Selecciona

A correlação entre sexo e a tarefa de selecionar mostrou que não há relação significativa. A maioria das mulheres (64,3%) respondeu que seleciona. Na categoria dos homens, a diferença é pequena: 46,8% selecionam contra 53,2% dos que não selecionam.

Sexo X Colhe

A correlação entre sexo e a tarefa de colher mostrou que não há relação significativa. A maioria das mulheres não executa a atividade de colheita. Apenas 28,6% responderam sim. Na categoria dos homens, não existe diferença significativa nos percentuais dos dois grupos: 48,9% executam e 51,1% não executam a colheita.

Sexo X Carrega o caminhão

A correlação entre sexo e a tarefa de carregar o caminhão mostrou que não há relação significativa. Uma restrição com relação ao resultado desta tabela é a falta de representatividade do sexo feminino: apenas 14 casos. A análise mostra que existe uma associação moderada (Cramer's $V=0,279$), estatisticamente significativa, ($p=0,004$), entre "sexo" e "carrega para o caminhão". Nenhuma mulher exerce esta atividade. Já 39,4% dos homens a exercem.

Sexo X Acondiciona em caixas, balaios, carros de mão

A correlação entre sexo e a tarefa de acondicionar em caixas, em balaios ou carros de mão mostrou que há relação significativa. A análise indica que foi encontrada uma associação baixa ($\Phi = 0,19$). O maior percentual dos que responderam que acondicionam (33,0%) está na categoria dos homens e em apenas 7,1% das mulheres.

Sexo X Transporta até o caminhão com balaios na cabeça

A correlação entre sexo e a tarefa de transportar até o caminhão com balaios na cabeça mostrou que não há relação significativa. Verifica-se que, das 14 mulheres pesquisadas, apenas 1 respondeu que executa o transporte de balaios na cabeça até o caminhão. Já entre os homens, 77,7% responderam que não executam esta atividade.

Apesar de nem tudo ser estatisticamente significativo, há indício de divisão sexual em algumas tarefas tais como carregar o caminhão, transportar até o caminhão com balaios na cabeça, que são realizadas por meninos, porque demandam força física, enquanto limpar a fruta, e selecionar são feitas por meninas porque essas tarefas são consideradas de manuseio cuidadoso e minucioso. Logo são naturalizadas como femininas.

O que mais gostam?

Ao se indagar “o que mais gostam” nesta atividade, os sujeitos responderam uma lista de tarefas tais como: “plantar” (35,2%), “limpar a terra” (15,7%), “semear” (6,5%), etc. Todavia, para que emergissem dados significativos em termos de análise do trabalho precoce nesta atividade, realizou-se uma nova categorização que possibilitou a compreensão de que as atividades se classificam como: “preparo e cuidado da terra” (81,1%), “atividades ligadas ao desempenho da atividade” (19,97%) como, por exemplo, limpar a fruta.

Por que gostam?

As respostas à pergunta “por que gostam” dessas atividades são referentes à avaliação que fazem da atividade em termos de ser menos desgastante fisicamente (39,4%) e do conhecimento que a atividade demanda (34,0%), além da necessidade financeira de trabalhar (10,6%) para ajudar ou até manter a família, conforme encontrou Estrela (2004).

Ao se tentar compreender o significado dessas categorias, ou, mais especificamente, porque os sujeitos as concebem como menos desgastantes, verificou-se que há vários riscos. Constam informações que dão conta de uma atividade que demanda exigências físicas e psíquicas, e encontrou respaldo na cultura da família, uma vez que as crianças e adolescentes sujeitos dessa pesquisa advêm de famílias cuja ocupação do pai é 50,9% na agricultura e a da mãe é 45,7%. A cultura familiar propiciaria uma visão de naturalização da atividade e de suas exigências físicas e psíquicas. Também se encontrou respaldo nos autores da ergonomia situada (Cru, 1987) e da psicodinâmica do trabalho (Dejours, 1987; Dejours *et alii*, 1994), os quais revelam que o trabalhador nem sempre tem consciência das exigências físicas e psíquicas do seu trabalho, ou amenizam as implicações deste como uma estratégia de defesa.

Por outro lado, quando revelam “o que não gostam”, são mais ou menos as mesmas atividades: “plantar”, “adubar”, “aguar”, “limpar”, “cavar”, “semear”, etc. Procedeu-se a uma nova categorização para que emergissem os significados. Este procedimento revelou que as tarefas que “não gostam” são quase as mesmas do que gostam: “preparo e cuidado da terra” (77,6%), “atividades relacionadas ao desempenho da atividade” (13%) e “más condições de trabalho” (5,6%).

Nestas questões referentes ao gostar, ao não gostar e ao porquê, há um paradoxo. Quando indagados sobre o que “não gostam”, listam as mesmas categorias. Entretanto, quando explicam o porque “não gostam”, listam uma série de tarefas reveladoras dos aspectos negativos do trabalho, tais como: “sofrimento do corpo” (85%), “odor do adubo” (9,3%), “baixa remuneração” (2,1%). O aparente paradoxo pode ser compreendido a partir do fato de que as mesmas atividades podem ser objeto de prazer ou de sofrimento, dependendo da história pessoal dos sujeitos e das condições de trabalho.

Além desse trabalho, você faz outro trabalho atualmente?

As crianças e adolescentes identificados trabalhando no abacaxi foram questionados se, além do trabalho na cultura do abacaxi, faziam outro trabalho atualmente. Responderam que sim, 29,9% e 70,1% responderam que não. Dentre os que responderam sim, os dados foram os que seguem na tabela a seguir.

Tabela 19: Outros trabalhos

Ocupação	<i>n</i>	%
Agricultura	9	28,1
Faz bicos	8	25,0
Vendedor	4	12,5
Comércio	3	9,4
Outros	8	25,0
Total	32	100,0

Quase 30% desses trabalhadores precoces desempenham mais de uma atividade de trabalho, sendo que 28% trabalham também em outras atividades agrícolas. A maior parte desses meninos e meninas trabalha nessas atividades como parte das tarefas que compõem o núcleo familiar, na agricultura familiar de subsistência, no roçado da família ou na agricultura familiar comercial, em culturas que são muitas vezes o complemento da renda familiar, nas culturas de inhame⁴, macaxeira⁵, etc.

Para quem trabalham?

Os dados revelam que 78,7% dos meninos e meninas trabalham para um patrão, 18,5% para a família, 1,9% para a família e um patrão e 9% para si. É significativo o fato de que essas crianças e adolescentes tenham uma relação de trabalho ou emprego, o que é revelador da exploração a que estão submetidos e da violação dos direitos da criança e do adolescente.

⁴ Planta cujas raízes são grandes tubérculos ricos em amido e utilizados como alimento.

⁵ Uma espécie de mandioca.

Segundo os dados da PNAD 2001, do total de crianças no Nordeste, na faixa de 5 a 17 anos, ocupados na semana de referência, 8,5% encontravam-se na faixa de 10 a 14 anos. Desse percentual, 17,6% encontravam-se na categoria empregado e trabalhador doméstico no setor agrícola. Na faixa de 15 anos, o percentual baixava para 13,5% e, na faixa de 16 a 17 anos, o percentual era ainda menor: 10,0%.

O que ganham?

As formas de remuneração no trabalho precoce no abacaxi são “dinheiro” (79,6%) e “comida e presentes”. É significativo que 20,4% dessas crianças e adolescentes não recebam pagamento, todavia vale lembrar que 19,4% informaram que trabalham para a família e para si, o que explica o não recebimento, pois o seu trabalho complementa a empreitada ou a renda familiar.

Relação de trabalho X Tipo de ganho

Há referências na literatura sobre o trabalho infantil que indicam que, pela condição sócio-econômica da família, crianças e adolescentes recebem em gêneros (alimentos, roupas, etc). Muitos trabalham em troca de comida. Com o objetivo de se compreender como esses aspectos se relacionavam na cultura do abacaxi, procedeu-se a um tratamento estatístico correlacional, conforme mostra tabela a seguir.

Tabela 20: Relação de trabalho em função do que ganha

Relação	"O que você ganha?"								Total	
	Dinheiro		Só comida		Comida e presentes		Dinheiro e outros			
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Trabalha para a família	6	30,0	4	20,0	4	20,0	6	30,0	20	100,0
Trabalha para um patrão	79	92,9	-	-	1	1,2	5	5,9	85	100,0
Total	85	81,0	4	3,8	5	4,8	11	10,5	105	100,0

Verificou-se que existe uma associação substancial (Cramer's V = 0,662), estatisticamente significativa ($p < 0,05$), entre as variáveis “relação de trabalho” e “tipo de ganho”. Dentre os tipos de ganho, os que responderam “dinheiro” (92,9%) estão na categoria relação de trabalho para um patrão. Só “comida” e “comida e presentes” apresentam os percentuais iguais de 20% na categoria “para a sua família” da variável relação de trabalho. Logo, no trabalho, na cultura do abacaxi, há uma relação de trabalho estabelecida, o que caracterizaria um trabalho formal assalariado.

Como aprenderam a trabalhar?

As formas como aprenderam a trabalhar são através do “treino” (53,7%), “observação” (38,9%) e “prática” (7,4%). O que significa que, predominantemente, alguém ensinou: o pai (50,0%), a mãe (12,1%), os irmãos (8,6%), os familiares secundários (8,6%), o contratante (17,2%) e outros (3,4%).

É interessante observar que a aprendizagem se dá através dos familiares, principalmente o pai e a mãe. Mas, se somarmos pai, mãe e irmãos, atingiremos 70,7% através da família, o que corrobora a hipótese levantada no capítulo família de que a cultura familiar é um fator preponderante para a existência do trabalho precoce no abacaxi, já que a pesquisa revelou que mais de 50% dos pais dos entrevistados é de agricultores e mais de 47% das mães também o são.

Para se compreender essa relação atividade familiar e trabalho infantil na cultura do abacaxi, podemos buscar como referência Moreira & Targino (1997). Estes autores constataram, a propósito da cultura de cana-de-açúcar na Paraíba, que o trabalho feminino e o infantil cresceram na zona canavieira da Paraíba. Segundo os referidos autores, entre 1975 e 1985, aumentou em 35% o número de jovens menores de quatorze anos ocupados na agricultura. Os determinantes dessa mudança na composição etária e sexual foram o processo modernizador da agricultura e a base técnica da produção. A modernização e a migração atingem mais fortemente a população masculina adulta. A inserção de mulheres, crianças e jovens se dá como uma característica de precarização dessa mão-de-obra. Tal engajamento acontece como uma forma de ampliar o número de horas da família, de complementar, ou até mesmo para serem os provedores, muitas vezes substituindo o pai ou ainda como única fonte de subsistência da família, como, por exemplo, no sertão paraibano. Nesta microrregião paraibana, a utilização de mulheres, crianças e adolescentes menores de quinze anos são as únicas formas de mão-de-obra, devido à migração masculina adulta.

Todavia esta análise é válida para quem mora no setor rural. E o que dizer-se quando 28,7% moram na zona urbana e vão trabalhar na zona rural? As informações anteriores, complementadas com as análises da cultura familiar, ainda podem ser fortalecidas pelo fato de que a “necessidade financeira” (50,9%) e “a rede de relações que oportuniza” (19,4 %) sejam as principais causas do trabalho precoce na cultura do abacaxi. Acrescente-se o fato de que os locais onde os sujeitos residem são áreas eminentemente agrícolas no município de Santa Rita.

Quanto ganham? Renda por semana

No que diz respeito à renda *per capita*, os dados mostram que os sujeitos recebem valores semanais que variam de R\$ 1,00 a R\$ 100 reais. A maior concentração é entre R\$ 41,00 e R\$ 100,00 (40,8%) reais, sendo que a média é R\$ 78,87 e a moda (maior concentração) é R\$ 40,00. Do total, 29,6% ganham entre R\$ 1,00 e R\$ 20,00, assim como 29,6% ganham de R\$ 21,00 a R\$ 40,00. Ora, mais de 40% desses sujeitos podem obter mensalmente mais de um salário mínimo.

Na Paraíba, 64,6% das pessoas de 10 anos e mais ocupadas em 2003 (que estavam trabalhando na semana de referência da pesquisa da PNAD) recebiam uma remuneração média mensal de até 2 salários mínimos; 46,1% percebiam até 1 salário mínimo; 19,8% recebiam até meio salário mínimo e 20,2%, embora estivessem trabalhando, não recebiam qualquer remuneração por seu trabalho (Moreira, 2005). Esses dados permitem compreender quão importante é para esses sujeitos e suas famílias o trabalho que realizam, pelo menos do ponto de vista financeiro. Neste sentido, o trabalho infantil no município vai ocupar lugar relevante na produção, mas promoverá, por outro lado, alto índice de repetência, evasão, desistência escolar e analfabetismo.

Jornadas e Turno de trabalho

Os dados revelam que 72,2% dos sujeitos trabalham de 4 a 5 dias, 22,2% trabalham de 6 a 7 dias e 5,6% de 1 a 3 dias. Sendo que 99,1% trabalham no turno diurno. Mesmo 0,9% não sendo significativo estatisticamente, é motivo de preocupação ter-se crianças ou adolescentes trabalhando nesta atividade em horário noturno. Assim como o trabalho infantil é proibido por Lei, no Estatuto da Criança e do Adolescente, o trabalho noturno o é mais ainda (Art. 67, parágrafo I):

É vedado trabalho noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte.

Os dados sobre a jornada na cultura do abacaxi podem ser ainda mais significativos quando se considerarem as horas trabalhadas por dia: 64,8% dos sujeitos trabalham de 9 a 12 horas, 25,0% trabalham de 1 a 4 horas e 10,2% trabalham de 5 a 8 horas.

Faixas etárias X Horas de trabalho por dia

Na tentativa de se compreender se havia a predominância de horas trabalhadas em alguma das faixas etárias, submetem-se os dados à análise estatística através de cruzamentos de tabelas. Não existe correlação entre faixas etárias e horas trabalhadas por dia. Observa-se, porém, examinando-se as distribuições das faixas etárias, que as maiores concentrações de horas trabalhadas por dia estão na categoria de 9 a 12 horas (64,8%). De 11 a 14 anos: 53,3%; de 15 a 16 anos 73,3% e de 17 a 18 anos 72,2%.

Tabela 21: Faixas etárias em função das horas trabalhadas por dia

Faixas etárias	Horas trabalhadas						Total	
	Entre 1 e 4 h		Entre 5 e 8 h		Entre 9 e 12 h		n	%
	n	%	n	%	n	%	n	%
11 a 14	15	33,3	6	13,3	24	53,3	45	100,0
15 a 16	8	17,8	4	8,9	33	73,3	45	100,0
17 a 18	4	22,2	1	5,6	13	72,2	18	100,0
Total	27	25,0	11	10,2	70	64,8	108	100,0

Uma carga horária de trabalho dessas, em que 64,8% dos sujeitos trabalham de 9 a 12 horas, e 80% deles têm entre 11 e 16 anos pode ser extremamente nefasta para o desenvolvimento e a cidadania. Daí porque se encontrou nesta pesquisa um índice de defasagem escolar que varia de 1 a 8 anos, com 65,1% de repetência. Sendo que 38,9% dos sujeitos revelam que se sentem cansados após um dia de trabalho e 27,8% sentem-se cansados e com dores no corpo.

Segundo Estrela (2004, p. 63),

(...) o excesso de sol recebido diariamente, as dores de cabeça e no corpo, as posturas inadequadas, a carga mental, os ferimentos causados pelos espinhos do abacaxi e o peso do carregamento dos frutos e de adubos durante a colheita, são as principais queixas apresentadas pelos entrevistados como os aspectos mais desconfortáveis do trabalho e maiores causadores de cansaço e indisposição que se manifestam à noite durante as aulas.

Além de violar os Direitos Humanos dessas crianças e adolescentes no que diz respeito à idade, este tipo de atividade de trabalho viola os artigos 27, 31 e 32 da Convenção Internacional da Criança (1989), retira o direito a um nível de vida que seja adequado a seu pleno desenvolvimento, não lhes é assegurada a proteção contra a exploração econômica e contra qualquer tipo de trabalho que possa ser perigoso ou prejudicar sua educação. Ou seja, nocivo à sua saúde ou desenvolvimento.

Faixas etárias, dias trabalhados e horas trabalhadas por dia

Tabela 22: Horas trabalhadas por dia X Dias trabalhados por semana

Horas trabalhadas por dia		Dias trabalhados por semana						
		Entre 1 e 3 dias	Entre 4 a 5 dias	Entre 6 e 7	Total			
Entre 1 e 4 horas	Faixas etárias	11 a 14 anos	<i>n</i>	1	13	1	15	
			%	12,5%	86,7%	6,7%	100,0%	
		15 a 16 anos	<i>n</i>	1	7		8	
			%	12,5%	87,5%		100,0%	
		17 a 18 anos	<i>n</i>	1	3		4	
			%	25,0%	75,0%		100,0%	
		Total	<i>n</i>	3	23	1	27	
			%	11,1%	85,2%	3,7%	100,0%	
	Entre 5 e 8 horas	Faixas etárias	11 a 14 anos	<i>n</i>	1	5		6
				%	16,7%	83,3%		100,0%
		15 a 16 anos	<i>n</i>		3	1	4	
			%		75,0%	25,0%	100,0%	
		17 a 18 anos	<i>n</i>		1		1	
			%		100,0%		100,0%	
		Total	<i>n</i>	1	9	1	11	
			%	9,1%	81,8%	9,1%	100,0%	
Entre 9 e 12 horas		Faixas etárias	11 a 14 anos	<i>n</i>	1	16	7	24
				%	4,2%	66,7%	29,2%	100,0%
		15 a 16 anos	<i>n</i>	1	20	12	33	
			%	3,0%	60,6%	36,4%	100,0%	
		17 a 18 anos	<i>n</i>		10	3	13	
			%		76,9%	23,1%	100,0%	
		Total	<i>n</i>	2	46	22	70	
			%	2,9%	65,7%	31,4%	100,0%	

Ainda é preciso considerar, no conjunto dessa análise sobre jornada, a relação entre o número de dias trabalhados, as horas trabalhadas por dia e a idade: 72,2% trabalham de 4 a 5 dias, 64,8% têm uma jornada de 9 a 12 horas de trabalho e mais de 80% têm entre 11 e 16 anos. Vale ressaltar que 41,7% têm de 11 a 14 anos de idade. Pode-se ter, então, uma análise detalhada da configuração do trabalho precoce na cultura do abacaxi e, principalmente, em termos da violação dos direitos da criança e do adolescente. A idade mínima não é respeitada, a idade da escolaridade obrigatória não o é, e a jornada de trabalho também excede as estabelecidas pelos princípios legais.

O que fazem além do trabalho?

Os sujeitos foram indagados sobre o que faziam no tempo restante, quando não estavam trabalhando (ou ajudando). As respostas revelam que 29,6% trabalhavam em outra atividade: 28,1% em atividade agrícola, 25% faziam bicos, 12,5% vendiam e 11,1% nos serviços domésticos. Os demais se referiram a estudar (64,8%), brincar (60,2%), passear (44,4%), namorar (22,2%) e participar de grupos de jovens (19,4%).

Ao se tentar compreender quem eram esses sujeitos cujo tempo livre era dedicado de novo a trabalhar, verificou-se, nesta tabela, que o sexo feminino não possui representatividade estatística em face de terem sido entrevistadas apenas 14 meninas. O resultado não apresentou associação entre sexo e execução de serviços domésticos. No entanto, observa-se que o maior percentual de pessoas que executam tarefas domésticas está no sexo feminino (diferença de 11,8% em relação ao sexo masculino). Uma outra restrição nesta análise é a de que apenas 3 mulheres responderam que executam tais tarefas.

Tabela 23: Sexo em função do desempenho das tarefas domésticas

Sexo	Executa tarefas domésticas				Total	
	Sim		Não		<i>n</i>	%
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Feminino	3	21,4	11	78,6	14	100,0
Masculino	9	9,6	85	90,4	94	100,0
Total	12	11,1	96	88,9	108	100,0



Escolaridade

Perguntados se atualmente estudam, 79,6% responderam que sim e 20,4% responderam que não. Todos os sujeitos cursam o ensino fundamental. Caso se correlacione série com idade, verificar-se que têm uma defasagem de 1 a 8 anos, predominando 4 anos de defasagem (26,2%). O que significa que o trabalho infantil na cultura do abacaxi atrapalha o processo de escolarização.

Tabela 24: Defasagem escolar

Defasagem	<i>n</i>	%
Apresentam defasagem	84	77,7
Sem defasagem	2	1,9
Não estuda	22	20,4
Total	108	100,0

Tabela 25: Defasagem escolar (anos)

Número de anos	<i>n</i>	%
1	7	8,3
2	16	19,0
3	13	15,5
4	22	26,2
5	12	14,3
6	9	10,7
7	4	4,8
8	1	1,2
Total	84	100,0

Sexo X Atualmente estuda

A relação entre sexo e escolaridade não é estatisticamente significativa. Dentre as meninas, 92,9% atualmente estudam. Com relação aos homens, também a maioria estuda (77,7%). Todavia, embora a diferença seja pequena, nesta atividade há mais meninas estudando do que meninos.

Sexo X Defasagem

A relação entre sexo e defasagem não resultou significativa. As meninas apresentam a maior defasagem escolar na categoria de 2 anos (30,8%), seguida das de 1 e 4 anos com percentuais iguais de 23,1%. Os homens têm a maior concentração na categoria 4 anos (26,8%), e, em seguida, na de 3 anos (18,3%). Há mais meninas matriculadas do que meninos, mas há maior defasagem entre elas do que entre eles. Vale ressaltar que as meninas é que mais desempenham os serviços domésticos, além do trabalho na cultura do abacaxi.

Zona X Atualmente estuda?

Como havia referências de que um dos fatores responsáveis pelas faltas na escola era a falta de transportes escolares, optou-se por se estabelecer uma correlação entre a zona de residência e a questão estudo atual. Há uma associação fraca ($\phi=0,219$), estatisticamente significativa, entre zona de residência (rural x urbana) e se atualmente estuda ($p=0,023$). A diferença percentual encontrada entre os que estudam é de apenas 19,5%. O transporte estudantil consistiria para esses sujeitos um equipamento institucional relevante no desempenho escolar, principalmente quando se considerar a sua carga⁶ de trabalho: 72,2% trabalham de 4 a 5 dias, 64,8% têm uma jornada de 9 a 12 horas de trabalho, mais de 80% têm entre 11 e 16 anos, 38,9% sentem-se cansados após um dia de trabalho e 27,8% referem-se a dores no corpo.

Segundo Estrela (2004, p. 50) em pesquisa sobre o trabalho infantil na cultura do abacaxi no município de Santa Rita,

(...) uma professora informou que somente em períodos pré-eleitorais são colocados ônibus ou peruas à disposição da escola e tão logo terminem as eleições estes transportes são retirados.

Para a referida autora, esta constatação configura-se, um flagrante desrespeito ao que determina a lei com relação à educação, pois, de acordo com o ECA,

(...) é direito da criança e do adolescente ter acesso a escola pública e gratuita próxima de sua residência e atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (Arts. 53, inciso V e 54, inciso VII).

Tabela 26: Zona onde vive em função da situação escolar

Zona	"Atualmente você estuda?"				Total	
	Sim		Não		n	%
	n	%	n	%	n	%
Rural	57	74,0	20	26,0	77	100,0
Urbana	29	93,5	2	6,5	31	100,0
Total	86	79,6	22	20,4	108	100,0

⁶ Por carga entende-se a ação conjugada de diversos fatores de risco.

A série predominante que estão cursando é a 4ª série com 23,3% dos sujeitos, seguida, respectivamente, da 5ª série do ensino fundamental (18,6%), da 8ª série do ensino fundamental (16,3%) e da 6ª série do ensino fundamental (11,6%). O que significa que 98,8% dos sujeitos entrevistados cursam o ensino fundamental.

Dentre os 20,4% que responderam que não estão estudando atualmente, todos já haviam estudado antes. Entre os que deixaram de estudar, 72,7% deixaram “para trabalhar”, 18,1% devido às “relações com a estrutura escolar”, tais como brigas na escola ou envolvimento com o que chamaram de “bagunça”. Os 9% restantes o fizeram devido à insuficiência de equipamentos institucionais, como, por exemplo, o transporte.

Idade com que começaram a trabalhar X Defasagem

A relação entre a idade que começaram a trabalhar e a defasagem escolar não é significativa. Tanto faz ter mais ou menos tempo de trabalho. Como todos são afetados pelo nível da escola pública que freqüentam, a defasagem varia de 1 a 8 anos e 65,1% já foram reprovados pelo menos uma vez.

Tabela 27: Faixas etárias em que começaram a trabalhar em função da defasagem escolar

Faixas	Defasagem (anos)																Total	
	1		2		3		4		5		6		7		8		n	%
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%		
Até 7 anos	1	16,7	1	16,7	-	-	2	33,3	1	16,7	-	-	1	16,7	-	-	6	100,0
8 a 14 anos	6	8,6	13	18,6	13	18,6	19	27,1	9	12,9	7	10,0	2	2,9	1	1,4	70	100,0
15 a 16 anos	-	-	2	25,0	-	-	1	12,5	2	25,0	2	25,0	1	12,5	-	-	8	100,0
Total	7	8,3	16	19,0	13	15,5	22	26,2	12	14,3	9	10,7	4	4,8	1	1,2	84	100,0

Tempo de trabalho X Número de reprovações

Ao se perguntar aos trabalhadores precoces na cultura do abacaxi se já haviam sido reprovados alguma vez, 65,1% afirmaram que sim e 34,9% responderam que não. Todavia, ao correlacionar o número de reprovações com o tempo de trabalho, o resultado não foi significativo: todos são afetados pelo trabalho independentemente do tempo de trabalho. Segundo eles, os principais motivos pelos quais foram reprovados dizem respeito “a relação com a estrutura escolar” (60,6%), “trabalho” (16,7%), “problemas pessoais familiares” (16,7%). Dentre os 65,1% que já foram reprovados, 41,2% o foram uma vez; 33,8%, duas vezes; 13,2%, três vezes e 11,8%, acima de 4 vezes.

Se não trabalhar não melhora o nível educacional, então se faz pertinente refletir-se sobre o papel social da escola e reavaliar-se o que é oferecido para essas crianças e adolescentes pobres, cujo principal instrumento de transformação apresenta-se ineficaz para tal segmento populacional.

Dentre os 65,1% que foram reprovados, o número e o percentual de repetências revelam quão onerosa é a relação inserção precoce no trabalho e escola, principalmente quando se leva em consideração que a principal causa alegada, para deixar de estudar, por 72,7% foi o trabalho. Há que se considerar também

que a porcentagem de 18,1%, que alegam como motivo para ter deixado de estudar as relações com a estrutura escolar, vem expor a dificuldade da instituição escolar de trabalhar com essa clientela composta por trabalhadores precoces. São crianças e adolescentes adultizados precocemente, que não encontram, no modelo de escola a que têm acesso, o acolhimento de que necessitam para progredir nos estudos. Predomina uma inabilidade da escola para lidar com os comportamentos de meninos, que já são autônomos – trabalhadores precoces que desenvolveram habilidades matemáticas na prática, no trabalho, mas que apresentam dificuldades em outras habilidades, como abstração de pensamento e pouca prática no uso da linguagem falada e escrita, principalmente para expressar o pensamento (Alberto, 2002).

Como o trabalho prejudica a escolaridade, e sentindo que não acompanham o processo de ensino, os meninos, coletivamente, de forma não planejada, utilizam-se das brigas como defesas, diante da iminência de falhar na escola. Alberto (2002) constatou que as bagunças e as *arengas*⁷ são defesas usadas para esconderem as dificuldades na escola, muitas das quais conseqüências da precocidade no trabalho, como, por exemplo: as dificuldades decorrentes do cansaço e da inadequação dos conteúdos e dos métodos para as necessidades deles. Por isso eles preferem atribuir às *arengas* as causas das desistências.

Dentre os 20,4% que não estudam atualmente, 95,2% gostariam de começar ou retomar os estudos. Esses sujeitos foram indagados “o que precisa pra você começar ou retomar os estudos?” Eles responderam que necessitam da oferta de serviços institucionais (47,1%) (“ter aulas à noite”, “ter material escolar”, “ter documentos”, etc); necessitam de condições financeiras (41,2%) (“parar de trabalhar”, “ter dinheiro para se manter”), e outros (11,8%) meios tais como prestar atenção, o que não depende apenas da vontade pessoal, mas das condições de saúde relacionadas às condições de vida e trabalho.

Vale a reflexão de que o trabalho precoce é um elemento impeditivo de acesso ao processo de escolarização. Todavia, a insuficiência de equipamentos institucionais também desempenha papel relevante, principalmente quando se considerarem aspectos como acesso aos documentos que viabilizam a cidadania.

A Constituição Brasileira prevê como norma-programa o acesso de todos à educação, em especial as crianças e adolescentes. As normas infra-constitucionais visam concretizar aquela previsão, em especial o acesso ao Ensino Fundamental. Neste escudo de proteção à criança e ao adolescente, foram criados diversos programas, tais como FUNDEF, PETI, Bolsa Escola, Bolsa Família, entre outros.

Segundo Rizzini *et al.* (1996), as crianças e adolescentes que trabalham apresentam os maiores índices de evasão escolar. Cervini & Burger (1991) chegam a conclusões semelhantes, apenas diferenciando os percentuais para crianças e adolescentes. No caso das crianças, o índice de exclusão da escola é ligeiramente menor do que o dos adolescentes. Rizzini *et. al.* (*ibid.*, p. 86) acrescentam ainda: (...) *a defasagem escolar mantém, também, uma relação estreita com o trabalho, uma vez que as crianças e os adolescentes que trabalham, progridem mais lentamente na escola.*

As concepções de Ferreira (1979), Bataglia (1993) e Nogueira (1993) corroboram as demonstradas nesta pesquisa, porquanto demonstram que o trabalho precoce impede a escolarização e outras atividades formativas, por provocar a desistência e a evasão escolar. Bataglia (*op. cit.*) diz que a evasão escolar constitui uma grave conseqüência do trabalho precoce que vem dificultar a escolarização e a profissionalização.

⁷ Termo usado por eles para referir-se às brigas

Riscos

Riscos têm diversos significados. Aqui estamos considerando a possibilidade de perda, dano ou perigo. A noção de riscos está associada tanto à presença de máquinas, ambiente de trabalho, substâncias ou situações perigosas, quanto à probabilidade de um acidente, doença ou sofrimento. É preciso considerar que os riscos não são estáticos, e aliam-se aos contextos nos quais se inserem os indivíduos (Brito & Porto, 1991; Porto, 2000). Tratando-se de crianças e adolescentes, com leis que lhes proíbem o trabalho, estes aspectos assumem contornos de Direitos Humanos. Embora não se tenha indagado às crianças e aos adolescentes sobre queixas, vale ressaltar que a cada categoria de riscos desses podem corresponder alguns efeitos, podendo causar mortalidade.

Todavia a Organização Internacional do Trabalho – OIT (Forrastieri, 1997) usa a categoria riscos e usa tanto a palavra *hazard*, que se refere a um risco material, concretizado num agente particular ou em uma dada situação perigosa, quanto *risks*, que se refere a uma análise quantitativa, estudo de probabilidade que, dada a presença de um *hazard*, desencadeará doença ou acidente.

Usaremos a categoria riscos pelo fato de que ela permite o mapeamento de condições que são potencialmente prejudiciais à saúde. As atividades estudadas possibilitaram que se detectasse a exposição dos meninos e meninas em condições potencialmente prejudiciais à saúde.

No caso dos trabalhadores precoces, a noção de risco deve estar relacionada à sua condição de crescimento, não se focalizando apenas os fatores imediatos, mas aqueles que ameaçam o seu desenvolvimento ao longo do tempo (Meirelles, 1998).

Segundo dados do IBGE (PNAD, 2001), o segundo maior número de crianças e adolescentes, ocupados no período de referência de 365 dias, que utilizavam produtos químicos, máquina, ferramenta ou instrumento de trabalho, encontrava-se no Nordeste com 53,3%. E o maior número encontrava-se na atividade agrícola.

A abordagem sobre riscos, à luz da Convenção nº 182 da OIT, e de sua Recomendação nº 190, sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil, em uma pesquisa com crianças e adolescentes trabalhadores, é uma tentativa de identificar, nas situações de trabalho inerentes ao desempenho das atividades, a vulnerabilidade e a exposição desses sujeitos a agentes danosos ao seu desenvolvimento bio-psico-social. As pesquisas sobre riscos no trabalho têm sido feitas pelos autores da área de saúde e trabalho através de mapas de risco. Entretanto esse instrumento tornou-se inadequado pelas características da pesquisa do curto prazo de realização, nos moldes de um Diagnóstico Rápido. Optou-se por uma abordagem que desse à criança e ao adolescente trabalhadores a possibilidade de expressar minimamente o vivido por cada um dos sujeitos e pelo conjunto. Desse modo, o questionário tentou identificar o que reconhecem no trabalho como sendo prejudicial ao seu desenvolvimento ou quais as sensações que experimentam no desempenho das atividades. Perguntou-se aos sujeitos quais os riscos a que estavam expostos (oferecia uma lista correlacionada a cada tipo) e o quanto (nada, pouco, médio e muito) estavam expostos. Os referenciais teóricos sobre trabalho e saúde dão conta de que, para o trabalhador adulto, esta não é uma tarefa fácil, por vários aspectos, às vezes porque não tem conhecimento das implicações, às vezes porque reconhecê-lo seria desmontar as estratégias de defesa (Dejours *et alii*, 1994). Se isso é verdadeiro para o adulto, muito mais o será para crianças e adolescentes.

Os sistemas defensivos explicariam o não-desenvolvimento da doença mental e defenderiam a psique contra a falta de sentido e contra a insatisfação do conteúdo ergonômico do trabalho. O sofrimento salvaguarda o equilíbrio psíquico. Ele implica um estado de luta do sujeito contra as forças (ligadas à organização do trabalho) que o impelem em direção à saúde mental (Dejours *et alii*, 1994). Mas o sofrimento suscita estratégias defensivas.

Vale ressaltar que os sujeitos desta pesquisa não identificam suficientemente os riscos. Entretanto, o fato de não se sentirem afetados não significa que inexista, mas revela a dimensão da gravidade, de quão nefastas e insalubres são as atividades a que crianças e adolescentes, nesta faixa etária, estão submetidos e de que eles sequer têm conhecimento disso.

No caso dos trabalhadores precoces, acreditamos que haja comportamentos caracterizados por signos que evidenciam situações de trabalho e revelam as estratégias defensivas destes contra as conseqüências nefastas do trabalho precoce: defesas contra o sofrimento. Um exemplo desses comportamentos é a minimização da percepção da realidade vivida por eles.

Como se sentem depois de um dia de trabalho?

Indagados acerca de “como se sentem depois de um dia de trabalho”, os sujeitos responderam que se sentem cansados (38,9%), com dores no corpo (27,8%), normais (17,6%) e muito cansados (15,7%).

Este cansaço é explicado considerando-se a idade dos sujeitos, os tipos de atividades que desenvolvem (conforme apresentaram-se no capítulo Atividade) e a jornada diária na qual 64,9% dos sujeitos trabalham de 09 a 12 horas. Some-se a isso o horário em que iniciam a jornada: 46,3% dos sujeitos iniciam entre 4 e 6 horas, o que significa acordar muito cedo, diminuindo o tempo do sono primordial nesta etapa do desenvolvimento em que a maioria se encontra.

Há, ainda, os que iniciam as atividades entre 7 e 8 horas (43,5%) e entre 12 e 13 horas (neste caso os sujeitos só trabalham à tarde). Para aqueles que trabalham entre 09 e 12 horas, esta atividade estende-se até às 17:00 horas, o que pode provocar o cansaço e as dores no corpo por eles referidos.

Horas trabalhadas por dia e Condições após um dia de trabalho

Conforme esperado, na análise da relação entre ‘horas trabalhadas por dia’ e ‘condições após um dia de trabalho’, encontra-se um resultado que demonstra que quanto mais um trabalhador executa suas atividades durante o dia, mais ocorre o seu desgaste físico e mental. Porém, este resultado não é informado pela maioria das pessoas entrevistadas nesta pesquisa. O encontrado é apenas uma correlação baixa ($g = 0,27$) entre essas duas variáveis. Observando-se a tabela a seguir, verifica-se que, apesar de haver concentração de trabalhadores na variável “normal/bem”, para os que trabalham de 1 a 4 horas diárias (25,9%), também há 48,1% que se sentem “cansados” trabalhando de 1 a 4 horas. Na variável dos que afirmaram que se sentem “muito cansados”, destacaram-se os que trabalham de 5 a 8 horas por dia (36,4%). Dentre os que sentem “dores no corpo”, o maior percentual está concentrado nos que trabalham entre 9 e 12 horas por dia (32,9%).

Tabela 28: Horas trabalhadas por dia em função das condições após um dia de trabalho

Horas trabalhadas	Condições após um dia de trabalho								Total	
	Normal / Bem		Cansado		Muito cansado		Dores no corpo			
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Entre 1 e 4 h	7	25,9	13	48,1	2	7,4	5	18,5	27	100,0
Entre 5 e 8 h	2	18,2	3	27,3	4	36,4	2	18,2	11	100,0
Entre 9 e 12 h	10	14,3	26	37,1	11	15,7	23	32,9	70	100,0
Total	19	17,6	42	38,9	17	15,7	30	27,8	108	100,0

Tempo de pausa no trabalho

Acrescentem-se ainda as pausas. Dentre os trabalhadores precoces na cultura do abacaxi, 90,7% têm pausas e apenas 9,3% não têm pausas. Estatisticamente, 10% não é significativo, mas, no que diz respeito ao trabalho infantil, já é prejudicial.

As pausas duram de 1 a 3 horas. Em 85,3%, o horário de pausa se dá entre 10 e 12:30 horas. É compreensível que, para quem começa a trabalhar entre 4 e 6 horas da manhã, neste caso se vai em torno de 4 a 6 horas de trabalho, o que coincide também com o “horário da fome”. Silva *et al.* (1994, p. 10) detectam que, na construção civil, os acidentes acontecem com maior ocorrência no período de 2 a 4 horas do início do trabalho. O que pode estar relacionado ao fato de que é neste intervalo que o setor está no pique de sua produção, intensificando-se o ritmo das atividades. O trabalhador já está fraco devido à sua parca alimentação (apenas pão e café): (...) *devido à fome que já vai apertando (...) começa a sentir o peso do esforço físico (...) a fadiga começa a ser sentida, ocasionando uma perda dos reflexos, somada às exigências da organização do trabalho(...).*

Vale ressaltar que os sujeitos não identificam suficientemente os riscos. Entretanto, o fato de não se sentirem afetados não significa que inexista, mas revela a dimensão da gravidade, de quão nefastas e insalubres são as atividades a que crianças e adolescentes, nesta faixa etária, estão submetidos sem nem sequer terem conhecimento disso.

Segundo Cru & Dejours (1987), os comportamentos desafiadores dos operários, particularmente os da construção civil, diante das medidas de prevenção, constituem-se atitudes desafiadoras à necessidade de suportar o medo e os riscos, criando, *ideologias defensivas de profissão* e visando, por meio disso, inverter a relação dos trabalhadores com o perigo real do trabalho. Trata-se dos saberes de prudência.

Os comportamentos de rejeição às medidas de segurança, como os desrespeitos às regras, a relutância em usar equipamentos de proteção individual, (...) *puderam, assim, ser interpretados como verdadeiros desafios lançados ao perigo pela coletividade operária, a fim de afastar, por uma operação simbólica, a vivência de angústia que seria incompatível com o prosseguimento da tarefa.* Estes procedimentos, estas estratégias, estes saberes de prudência são partes integrantes do saber operário e são dele indissociáveis (Cru & Dejours, 1987, p. 31).

No caso dos trabalhadores precoces, acreditamos que haja comportamentos caracterizados por signos que evidenciam situações de trabalho e revelam as estratégias defensivas destes contra as conseqüências nefastas do trabalho precoce: defesas contra o sofrimento. São exemplos desses comportamentos a minimização da percepção da realidade que vivem, os comportamentos de exaltação da virilidade, as brincadeiras que entremeiam as atividades de trabalho, as fugas.

Riscos físicos

Em termos de riscos físicos, os quatro que mais apareceram foram: temperatura, radiações, chuva e iluminação excessiva.

Tabela 29: Riscos físicos

Riscos	Muito		Médio		Total	
	f	%	f	%	f	%
Temperatura	67	62,0	16	14,8	83	76,8
Radiações	44	40,7	15	13,9	59	54,6
Chuva	22	20,4	20	18,5	42	38,9
Iluminação deficiente	21	19,4	12	11,1	33	30,5
Vibrações	9	8,3	6	5,6	15	13,9
Umidade	7	6,5	8	7,4	15	13,9
Ruídos	5	4,6	9	8,3	14	12,9

A temperatura referia-se ao calor, às radiações solares. Embora tenha sido perguntado sobre os riscos de umidade, eletricidade, ruídos e vibrações, nesta atividade elas não foram significativas, ou seja, apareceram com números inferiores a 20%. O que pode significar que os trabalhadores precoces não trabalham com instrumentos proporcionadores desses riscos ou não percebam o perigo inerente. Chamou a atenção neste relatório o fato de a chuva ser eleita como um risco, mas a umidade não.

Temperatura e chuvas podem ter como efeitos: fadigas, gripes e resfriados. No caso da iluminação excessiva, é um fator preocupante, pois o sol emite vários tipos de raios ultravioletas. Os mais perigosos são A e B. As crianças estão mais expostas aos riscos da radiação UV, pois têm a pupila maior, além da córnea e do cristalino serem menos eficientes na filtragem. Some-se a isto o fato de que as pessoas que desenvolvem atividades ao ar livre também estão mais expostas. Logo, essas crianças e adolescentes estão duplamente expostas aos riscos, além do fato de que a exposição excessiva ao sol pode causar câncer de pele, especialmente nos casos onde a proteção da pele e dos olhos não são observados.

Ainda no que diz respeito à exposição ao sol e à temperatura mais alta, elas provocam maior produção de calor nas crianças do que nos adultos que realizam o mesmo esforço, porque têm menor capacidade de perder calor por evaporação e por terem maior atividade das glândulas sudoríparas; logo há menos suor, com menor capacidade de troca de calor com o ambiente, o que resulta em maior desgaste.

Riscos químicos

Os riscos químicos que mais apareceram foram poeira da terra; fumos como fuligem, poluição e fumaça; produtos químicos, inseticidas, fungicidas, carbureto e o líquido corrosivo do abacaxi.

Tabela 30: Riscos químicos

Riscos	Muito		Médio		Total	
	f	%	f	%	f	%
Poeira	61	56,5	20	18,5	81	75
Produtos Químicos	24	22,4	8	7,5	32	29,9
Líquido corrosivo do abacaxi	21	21,2	6	6,1	27	27,3
Fumos	17	15,7	11	10,2	28	25,9
Gases	6	5,7	4	3,8	10	9,5
Vapores	6	5,6	3	2,8	9	8,4

O que mais se destaca é a poeira com 74%. No abacaxi, estão expostos a dois tipos de poeira: a que vem do solo e a proveniente da adubação. Os riscos químicos podem ocasionar efeitos carcinogênicos irritantes, asfixiantes e alergizantes. No caso de crianças e adolescentes, a camada superficial não completamente desenvolvida favorece a maior absorção de substâncias tóxicas.

O processo de formação da bainha mielina, ainda em desenvolvimento, torna o Sistema Nervoso periférico e central, nesse grupo, mais vulnerável à ação das substâncias químicas tóxicas, provocando tonturas, dor de cabeça, depressão, irritabilidade, dificuldades de concentração, baixo rendimento escolar, formigamento, dormência de extremidades e paralisias de membro.

Riscos biológicos

Os riscos biológicos que mais apareceram foram picadas de insetos, tais como cobras e escorpiões, e vírus.

Tabela 31: Riscos biológicos

Riscos	Muito		Médio		Total	
	f	%	f	%	f	%
Picada de insetos, cobras, escorpiões	33	30,6	30	27,8	63	58,4
Vírus	32	29,6	17	15,7	49	45,3
Bactérias	11	10,2	4	3,7	15	13,9
Parasitas	8	7,4	6	5,6	14	13,0
Animais em decomposição	7	6,5	7	6,5	14	13,0
Animais	10	9,3	3	2,8	13	12,1
Fungos	4	3,7	5	4,7	9	8,4

O que mais se destacou foi picada de insetos e de animais peçonhentos com 58,4%. Os efeitos dos riscos biológicos podem ocasionar doenças contagiosas diversas, inclusive gripes, resfriados e envenenamento por picadas.

Também se indagou aos sujeitos sobre bactérias, fungos, parasitas, mordida de animais, animais em decomposição, mas, quanto a esses riscos, os sujeitos não identificaram a presença deles e responderam que não os afetavam em nada, conforme tabela a seguir.

Tabela 32. Riscos biológicos

Riscos	Nada	
	f	%
Fungos	94	87,9
Mordida de animais	79	73,8
Animais em decomposição	79	73,1

Entretanto, o fato de não se sentirem afetados não significa que inexistam riscos, até porque trabalham com terra onde há bactérias, fungos e parasitas. Pode significar que não percebem, não têm conhecimento dos riscos a que estão sujeitos ou, ainda, que fazem uso de estratégias defensivas de minimização da realidade e do sofrimento. Neste último caso, a metodologia e o instrumento não objetivavam esta investigação, carecendo de uma outra investigação como, por exemplo, da análise da atividade de trabalho feita por especialistas.

Riscos ergonômicos

Conforme pode ser verificado na tabela seguinte, os riscos ergonômicos que mais apareceram foram:

Tabela 33: Riscos ergonômicos

Riscos	Muito		Médio		Total	
	f	%	f	%	f	%
Posturas corporais forçadas	47	43,5	23	21,3	70	64,8
Responsabilidade	42	39,3	25	23,4	67	62,7
Pegar peso	34	31,5	26	24,1	60	55,6
Jornadas prolongadas	31	29,0	22	20,6	53	49,6
Ritmos intensos	29	27,1	17	15,9	46	53,7
Competição	24	39,3	10	9,4	34	32,0
Trabalho em turno	7	6,5	12	11,1	19	17,6
Conflitos	7	6,5	4	3,7	11	10,2
Noturno	7	6,5	4	3,7	11	10,2

Os riscos ergonômicos permitem vislumbrar as exigências físicas desta atividade na agricultura, uma vez que a cultura do abacaxi demanda posições corporais forçadas, com o corpo curvado, tais como plantar (90,7%), capinar (67,7%), adubar (63,9%), limpar a fruta (59,3%). Considerando-se que o abacaxi é um arbusto explica-se por que não gostam do trabalho. Provoca o sofrimento do corpo em 85,6% dos pesquisados.

Os efeitos para a saúde podem ser problemas na coluna, dores musculares, má formação óssea e atraso no crescimento em decorrência de serem crianças e adolescentes, sujeitos em formação. Vale ressaltar que, dentre as tarefas realizadas, destacam-se carregar o caminhão (34,3%) e transportar até o caminhão em balaio na cabeça (29,6%).

Também se indagou sobre “trabalho noturno”, “ revezamento por turno”, “pressão dos patrões”, “conflitos”, mas os sujeitos não se sentem afetados. É possível compreender-se que, para crianças e adolescentes, não é fácil associar-se conflitos ao trabalho, assim como eles também não indicam a existência da divisão de tarefas. Como não houve, nesta pesquisa, a análise das atividades de trabalho a partir da observação sistemática, não foi possível se detectar com este instrumento o trabalho real e o trabalho prescrito.

Riscos de acidentes

O risco de acidentes foi o quinto mais citado. Cortes e contusões foram os acidentes mais identificados devido à especificidade da atividade de trabalho que lida com instrumentos perfuro-cortantes, além de instrumentos de trabalho que tornam os trabalhadores precoces vulneráveis a impactos e quedas causadores de contusões. Antes da publicação deste diagnóstico, Robson, um dos jovens entrevistados, sofreu um acidente, que o levou a óbito.

Silva *et alii* (1994), ao investigar acidentes na construção civil, conclui que a maioria é causada por impactos com objetos, atritos e quedas. As causas desses acidentes são atribuídos às condições e à organização do trabalho, fatores tais como: ritmo; transporte e manuseio de material; uso de materiais rudimentares. Os acidentes podem ter como efeitos perfurações, traumatismos e até a morte.

Tabela 34: Riscos de acidentes

Riscos	Muito		Médio		Total	
	f	%	f	%	f	%
Cortes	41	38,0	20	18,5	61	56,5
Contusões	21	19,4	19	17,6	40	37,0
Queda	20	18,5	18	16,7	38	35,2
Arranjo deficiente	19	17,6	12	11,1	31	28,7
Transporte inadequado	13	12,3	9	8,5	22	20,8
Terrenos acidentados	8	7,4	10	9,3	18	16,7
Trabalhos sem luvas ou proteção	10	9,3	7	6,5	17	15,8
Equipamentos sem proteção	12	11,1	5	4,6	17	15,7
Esmagamento	6	5,6	4	3,7	10	9,3
Atropelamento	2	1,9	3	2,8	5	4

Riscos sociais

Com relação aos riscos sociais, os que mais apareceram foram citações de que atrapalham a formação profissional (59,9%) e envelhecer antes do tempo (48%).

Tabela 35: Riscos sociais

Riscos	Muito		Médio		Total	
	f	%	f	%	f	%
Trabalho atrapalha formação profissional	45	42,1	19	17,8	64	59,9
Envelhecer antes do tempo	30	28,8	20	19,2	50	48,0
Mora em alojamento, bóia fria	15	13,9	4	3,7	19	17,6
Violência	1	0,9	4	3,7	5	4,6
Socialização desviante	2	1,9	3	2,8	5	2,7

Ainda em relação aos riscos sociais, também se indagou aos sujeitos quais desses riscos sociais os afetam em suas atividades como trabalhadores e em que intensidade se apresentavam as seguintes possibilidades: violência, socialização desviante, morar em alojamentos, bóia fria.

Riscos psicológicos

Significativamente, estes foram os mais enfatizados pelos sujeitos, exatamente os riscos menos visíveis à luz da sociedade. Foram mais expressivos no sentido de que, em todas as alternativas que lhes foram apresentadas, eles acusaram a presença do mesmo, quer em Médio ou em Muito, que, uma vez somados, fazem aparecer a presença de cada aspecto em pelo menos 20%.

Tabela 36: Riscos psicológicos

Riscos	Muito		Médio		Total	
	f	%	f	%	f	%
Perda do tempo da infância	37	34,6	15	14,0	52	48,6
Dificuldade para aprender matemática	40	37,0	12	11,1	52	48,1
Ficar adulto antes do tempo	32	30,2	17	16,0	49	46,2
Dificuldade de expressar sentimentos	24	22,2	22	20,4	46	42,6
Dificuldade para expressar uma idéia	19	17,8	20	18,7	39	36,5
Dificuldade para compreender uma informação	17	15,7	22	20,4	39	36,1
Dificuldade para aprender a ler na escola	27	25,2	11	10,3	38	35,5
Sentimento de incapacidade	21	19,4	16	14,8	37	34,2
Dificuldade para repassar uma informação	17	15,7	20	18,5	37	34,2
Dificuldade para escrever na escola	25	23,4	4	3,7	29	27,1

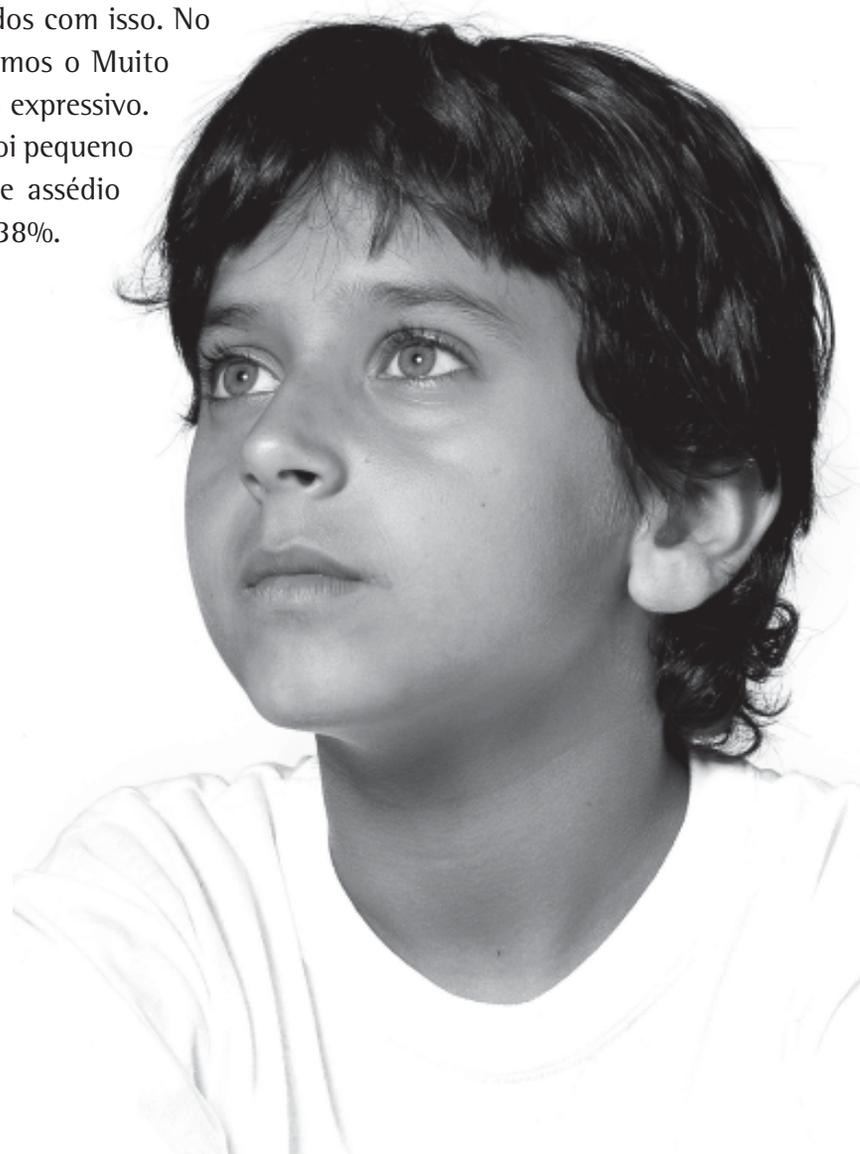
Percebemos que o trabalho infantil, no caso em estudo, contribui com o analfabetismo de jovens, promove o baixo nível de escolaridade e a defasagem escolar, porque dificulta o aprendizado da leitura e da escrita. Os sujeitos queixam-se de que o trabalho cansa o corpo. Este dado leva-nos à compreensão de que ele, assim, compromete o estudo porque leva meninos e meninas a não freqüentarem a escola, o que acaba desestimulando e provocando a evasão escolar. Bataglia (*op. cit.*) diz que a evasão escolar constitui uma grave consequência do trabalho precoce por que dificulta a escolarização e a profissionalização.

A dificuldade em expressar uma idéia ou repassar uma informação pode estar relacionada à linguagem. Carrher (1989), a propósito das dificuldades de crianças das classes populares com a linguagem falada, prefere conceber a existência de uma cultura do silêncio – própria do processo de colonização, a que foram submetidas as classes populares, ou, ainda, em decorrência de um processo de negação do direito de acesso à alfabetização – do que a existência de um déficit lingüístico pertinente às crianças das classes populares.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os resultados da pesquisa sobre trabalho infantil mostram que pessoas, na faixa etária de 5 a 17 anos, que trabalham, apresentam um nível de escolarização menor do que aqueles que não trabalham, fato que ocorre em todas as regiões e Unidades da Federação brasileira.

Os riscos psicológicos se detiveram mais nos aspectos cognitivos, escolares, o que se torna compreensível se comparados aos dados do IBGE sobre o analfabetismo na Paraíba: a) elevada taxa de analfabetismo: 22,9% da população do estado com 7 anos e mais, ainda eram analfabeta em 2003, taxa esta próxima da encontrada para o Nordeste, que era de 22,2%. No Rio Grande do Sul, no mesmo ano, essa taxa era de apenas 5,5% e a da região Sul, de 5,9%.

Também se indagou sobre assédio, maus tratos, humilhação e sentimento de culpa, mas os sujeitos não se sentem afetados com isso. No que diz respeito ao risco de assédio, se somarmos o Muito com o Médio, não encontraremos um número expressivo. Todavia, o número de meninas nesta atividade foi pequeno (13%). Os meninos são afetados pelo risco de assédio sexual em 11,7% enquanto as meninas em 15,38%.





Perspectivas de futuro

Ao indagar-se sobre o que desejavam ser no futuro, eles listaram várias atividades profissionais tais como as que seguem na tabela a seguir:

Tabela 37: Futuro de trabalho

Ocupação	<i>n</i>	%
Jogador de futebol	18	16,7
Motorista/caminhoneiro/tratoreiro	12	11,1
Professor	10	9,3
Médico/doutor	9	8,3
Trabalhador	7	6,5
Advogado	5	4,6
Ter um emprego/ser bem sucedido	5	4,6
Agricultor	4	3,7
Operário	4	3,7
Administrador de empresas	3	2,9
Militar/Policial	2	1,9
Veterinário	2	1,9
Juiz	1	0,9
Investigador	1	0,9
Design	1	0,9
Empresário	1	0,9
Pedreiro	1	0,9
Arquiteto	1	0,9
Cantora	1	0,9
Engenheiro	1	0,9
Comerciante	1	0,9
Mecânico	1	0,9
Sem expectativa de futuro	8	7,4
Não sabe	6	5,6
Futuro diferente do presente	1	0,9
Não respondeu	2	1,9
Total	108	100,0

Todavia, a organização dos dados mostrou que esse futuro traduzido em ocupações profissionais permite visualizar o desejo de exercerem, no futuro, as seguintes ocupações: “representativas de uma cultura trabalhadora (operária, camponesa)”; “advindas de uma formação universitária”, “atividades profissionais que dão celebridade (artistas, jogadores)”; “atividades heróicas”:

Tabela 38: Futuro de trabalho

Ocupação	<i>n</i>	%
Trabalhador/Cultura de trabalho	35	32,4
Jogador/Sonho/Celebridade	19	17,5
Profissional Superior	34	31,5
Herói	3	2,8
Sem expectativa de futuro	8	7,4
Não sabe	6	5,6
Futuro diferente do presente	1	0,9
Não respondeu	2	1,9
Total	108	100,0

Ao se analisar esses dados, eles revelam que, para os trabalhadores precoces na cultura do abacaxi, as perspectivas de futuro estão distribuídas estatisticamente de forma significativa em três categorias: “cultura trabalhadora”, “curso universitário” e “atividades que dão celebridade”. Os dados permitem compreender que, para o grupo investigado, há construção de perspectivas de futuro, vislumbradas a partir de uma inserção profissional quando adultos. Embora as diferenças estatísticas entre as três categorias sejam insignificantes estatisticamente, em torno de 1%. Esses dados mostram que os sujeitos, apesar da inserção precoce que lhes rouba a infância, ainda conseguem ter desejos. Como a questão perguntava sobre o que se desejava ser no futuro, não possibilitou a compreensão que eles têm se conseguirão ou não atingir esse desejo.

Investigando-se a relação trabalho e escola, Alberto (2002) e Estrela (2004) observam, respectivamente, que, para os meninos e meninas trabalhadores em condição de rua, e na cultura do abacaxi em Santa Rita, os sonhos de que pelo estudo possam conquistar um futuro diferente são desfeitos diante das dificuldades de conciliarem o trabalho e estudo.

Nesta pesquisa, esse desejo para ser alcançado passa essencialmente pela escola: estudar, para 73,1%, é o meio de atingir as expectativas de futuro. Verifica-se o papel importante que esse grupo atribui à escola, o de possibilitar a concretização de seus desejos. O que só vem confirmar as teses defendidas por alguns autores de que o instrumento mais eficaz para ser usado no enfrentamento do trabalho infantil é a escola e a oferta de escolarização (OIT, 2001; Fórum, 2004). Um outro aspecto digno de nota diz respeito às teorias da educação que lhe atribuem o papel de transformadora da ordem social (Freire, 1982).

Todavia, apesar de esse papel ser atribuído à educação pela maioria dos entrevistados, há uma porcentagem de 15,1% que concebe que, para concretizar o seu desejo de futuro, precisam esforçar-se e trabalhar. Esta última visão permite compreender que a criança e o adolescente trabalhador culpam-se e a si atribuem a responsabilidade por sua situação.

Indagados se gostariam de deixar de trabalhar, 76,9% responderam que sim e 23,1% responderam que não. Para 58,5%, o motivo pelo qual querem deixar o trabalho expressa um sofrimento físico e psíquico e 39% porque desejam mudar de vida. Os sujeitos que fazem parte do grupo que quer deixar de trabalhar compreendem 75,9% da amostra.

Os que querem permanecer desempenhando a atividade correspondem 22,2% da amostra. O motivo alegado para não quererem deixar foi porque gostam (58,3%) e necessidade financeira (33,3%).

Sampaio & Ruiz (1996, p. 4) afirmam:

(...) o trabalho precoce gera um curto-circuito entre responsabilidade e condição, entre tarefa e capacidade de realizá-la, entre grupo-categoria e papéis exigidos, levando no mínimo a experiência por parte do indivíduo das condições psicossociais de dissonância cognitiva e de desamparo.

No caso dos sujeitos, crianças e adolescentes entre os sete e os quatorze anos, inseridos precocemente no trabalho, desamparo, violência, o adestramento desqualificado e a ignorância, tudo age sobre a saúde. Poderão resultar, na sua vida adulta, em experiências negativas de desqualificação da condição de trabalhadores. Quedarão como “homúnculos adestrados”, diz Sampaio & Ruiz (1996, p. 5).

Futuro financeiro

Também se indagou aos sujeitos sobre o futuro financeiro que acham que teriam, considerando-se a inserção precoce no trabalho em comparação com as condições de vida dos seus pais hoje. Para 40,7% trabalhando desde cedo, terão um futuro financeiro “melhor” do que seus pais; 36,1% acham que terão “igual” a eles, e 23,1% acham que terão “pior” do que o de seus pais.

Dois aspectos podem ser levados em conta para análise desses dados sobre o futuro financeiro: as condições financeiras estão ligadas, dentre outros fatores, à inserção profissional, o que, na atual configuração do mundo do trabalho, se liga diretamente à posse do capital cultural. O outro aspecto diz respeito às características do pensamento do sujeito em processo de desenvolvimento que, na infância, é permeado por certa visão mágica e, na adolescência, é messiânica, ou seja, é carregado de certa onipotência. Em ambos os casos, a forma do pensamento expressa que reside no próprio sujeito – por conta das características egocêntricas – a capacidade de resolver ou achar solução para todas as dificuldades. Considerando-se estes aspectos psicológicos do desenvolvimento, sem se desconsiderar os fatores sociais inerentes ao desenvolvimento de cada indivíduo em sua cultura, poder-se-ia considerar que estes fatores seriam impeditivos para que os meninos e meninas sujeitos dessa pesquisa desconhecêssem quão o trabalho precoce pode afetar-lhes o desenvolvimento psicossocial e, em especial, suas perspectivas de futuro.

Tais dados corroboram os de outros autores (Ferreira, 1979; Nogueira, 1993) de que as crianças e adolescentes que trabalham apresentam os maiores índices de evasão escolar; o trabalho precoce impede a escolarização e outras atividades formativas, por provocar a desistência e evasão escolar. A evasão escolar constitui uma grave consequência do trabalho precoce que dificulta a escolarização e a profissionalização (Bataglia, 1993); de que o déficit educativo conduz a uma redução de ingresso na vida ativa quando forem adultos (El trabajo infantil, 1996).

Considerações Finais

Os dados da pesquisa sobre o trabalho infantil na cultura do abacaxi no município de Santa Rita, na Paraíba, revelaram que as crianças e adolescentes se inserem precocemente devido às “condições financeiras” e à “rede de relações que oportunizam”.

A faixa etária mais vulnerável a iniciar-se no trabalho na cultura do abacaxi é de 10 a 12 anos. O Estatuto determina a proibição do trabalho para menores de até 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos de idade. Como esta não é uma atividade aprendiz, mas, sim, uma das piores formas de trabalho infantil, os dados permitem compreender que há a violação dos Direitos Humanos da criança e do adolescente.

A maioria das crianças e adolescentes trabalha para um patrão. Logo uma atividade informal dentro de um processo de produção formal, o que fará o município ocupar lugar relevante na produção; promovendo, por outro lado, alto índice de repetência, evasão, desistência escolar e analfabetismo. Além de submetê-los a vários riscos, principalmente físicos, químicos, ergonômicos, sociais e psicológicos.

Têm perspectivas de futuro e acreditam que conseguirão um futuro melhor, principalmente financeiramente, comparado aos pais. Mas, por outro lado, se atribuem a responsabilidade para tal, que requer esforço pessoal via estudo. O estudo ainda é visto como o elemento de transformação e cada um dos sujeitos se sente sozinho, responsável pelo “fracasso”, indicativos que colaboram à adultização precoce dessas crianças.

Os dados aqui apresentados, a idade que se inicia, as extensas jornadas e os riscos ajudam a compreender porque Kassouf (2004), ao analisar as atividades mais perigosas exercidas pelas crianças e adolescentes de 5 a 17 anos observa que, na Paraíba, elas estão predominantemente na agricultura e no trabalho infantil doméstico.

Recomendações

- Reforçar as políticas na faixa etária mais vulnerável.
- Ações mais contundentes de fiscalização e de conscientização dos pais e empregadores na cultura do abacaxi, por parte dos Conselhos Tutelares.
- Ações ininterruptas de conscientização das famílias e da comunidade em geral, a fim de evitar um mercado que oportunize a inserção precoce no trabalho, consome e agencia via rede de relações sociais.
- Efetivo controle na execução do PETI pela Comissão Estadual e pelas Comissões Municipais de Erradicação do Trabalho Infantil, inclusive com a aplicação de indicadores de verificação da melhoria do nível educacional das crianças e adolescentes inseridos no Programa e com a cobrança do cumprimento do critério que versa sobre a participação das famílias em atividades sócio-educativas e de geração de renda.
- Sensibilização e parcerias com os produtores.
- Programas continuados de geração de renda na cultura do abacaxi, envolvendo as famílias dos trabalhadores precoces.
- Tais programas poderiam se constituir no beneficiamento do fruto, com a produção de produtos derivados (sucos, polpas, compotas e doces).
- Investimentos nas escolas, com programas de melhoria do nível educacional. Para tanto, poderia-se recorrer a parcerias com a UFPB e outras Universidades e Faculdades da região.
- Acordo setorial na cadeia produtiva do abacaxi sobre a não utilização de mão-de-obra infantil.

Referências

- ALBERTO, M. F. P. *A dimensão subjetiva do trabalho precoce de meninos e meninas em condição de rua em João Pessoa (PB)*. 305f. 2002. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.
- ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- BATTAGLIA, L. *Meninos de rua: uma redução analítica da pobreza*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ministério do Bem-Estar Social, CBIA, DIEST, 1993.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988.
- BRASIL. Lei 10.406 de 10 de Janeiro de 2002. In: *Constituição Federal, Código Civil, Código de Processo Civil, Código Penal, Código de Processo penal e Legislação Complementar*. Barueri: Manole, 217-508, 2003.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Leis de Diretrizes e Bases - Lei Federal nº 9.349*. Brasília, 1996.
- BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS. *Trabalho infantil: desafio à sociedade - Avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no período 1996/97*. Brasília: Secretaria de Estado de Assistência Social/MPAS, 1999.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Criança. *Estatuto da criança e do adolescente, Lei 8.069/90*. Brasília, 1991.
- BRITO, J. C. de; PORTO, M. F. de S. *Processo de trabalho, riscos e cargas à saúde*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Osvaldo Cruz, 1991. Apostila desenvolvida para o curso de especialização em saúde do trabalhador e ecologia humana.
- BRITO, F. DA A.; TEIXEIRA, D. de M. *Análise do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI na área rural*. In: ALBERTO, M. de F. P. (Org.). *Crianças e adolescentes que trabalham: cenas de uma realidade negada*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003. p. 297-301.
- CARRAHER, T. N. *Sociedade e inteligência*. São Paulo: Cortez, 1989.
- CERVINI, R.; BURGER, F. *O menino trabalhador no Brasil urbano dos anos 80*. In: FAUSTO, A.; CERVINI, R. (Org.). *O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*. São Paulo: UNICEF, FLACSO: Cortez, 1991. p. 17-46; 227-242.
- CRU, D. *Collectif et Travail de Métier; sur la Notion de Collectif de Travail*. In: DEJOURS, C. (Org.). *Plaisir et Souffrance dans le Travail*. Paris: AOCIP, CNRS, 1987. p. 43-49.
- DAUSTER, T. *Uma infância de curta duração. Trabalho e escola*. In: *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.82, 1992.
- DE LUCA, T. R. *Direitos sociais no Brasil*. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.
- DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994.
- DEJOURS, C. *A loucura no trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez-Oborê, 1987.
- DOMINGOS, M. S. S. R.; SILVA, R. M. P. da; TEIXEIRA, D. de M. *Impactos do PETI na realidade de trabalho de crianças e adolescentes de João Pessoa*. In: Alberto, M. de F. P. (Org.). *Crianças e adolescentes que trabalham: cenas de uma realidade negada*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003. p.277-288.

- ESTRELA, M. do S. **O trabalho infanto-juvenil enquanto violência aos direitos humanos de escolarização: o caso dos meninos trabalhadores na cultura do abacaxi**. 2004. Monografia. Especialização em Direitos Humanos, Departamento de Filosofia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.
- FAUSTO, A.; CERVINI, R. (Org.). **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. São Paulo: UNICEF, FLACSO: Cortez, 1991. p. 17-46; 227-242.
- FERREIRA, R. M. F. **Meninos de Rua: valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo**. São Paulo: CEDEC, 1979.
- FORASTIERI, V. **Children at work: health and safety risks**. Geneva: International Labour Office, 1997.
- FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. **A evolução do trabalho infantil no Brasil de 1999 a 2001**. Brasília: UNICEF, 2004.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- HIRATA, H. S. **Rapports sociaux de sexe et psychopathologie du travail**. In: DEJOURS, C. (Dir.). **Plaisir et Souffrance dans le travail**. Orsay: AOCIP, 1988. p. 131-163. t 2.
- HIRATA, H. S. **Division internationale, division sexuelle du travail et santé**. In: SÉMINAIRE FRANCO BRESILIEN. **Emploi, division du travail, division des risques et santé**. São Paulo: Université de São Paulo, 1984. p. 1-17.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2000**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso: 10/2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD. Trabalho infantil 2001**. Rio de Janeiro: IBGE/OIT, 2003.
- JANNUZZI, P. de M. **Migração e mobilidade social: migrantes no mercado de trabalho paulista**. Campinas/SP: Autores associados/FAPESP/IFCH/UNICAMP, 2000.
- JORNAL O NORTE. **IBGE constata crescimento da produção agropecuária da Paraíba**. Disponível em: www.onorteonline.com.br. Acesso: 12/2005.
- KASSOUF, A. L. **Análise do trabalho infantil com base nos dados da PNAD de 2001 para os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Maranhão e Paraíba**. Piracicaba, 2004. Mimeografado.
- SECRETARIA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS. **Aspectos sócio-econômicos do trabalho infantil na Brasil**. Brasília, 2002.
- KERGOAT, D. **Por uma problemática do processo de trabalho doméstico**. In: KARTCHEVSKY,-BULBORT, A. et al. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 95-112.
- KOWARICK, L. **Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- MACEDO, M. B. F. **En Tissant Voiles et Linceuls – le rapport travail santé des ouvrières de Rio Tinto Nordeste du Brésil – Une Analyse des Rapports sociaux de Classe et de Sexe**. 1993. 489 p. Thèse (Doctorat em Sociologie du Travail) Université Paris 7. Paris. 1993.
- MADEIRA, F. **A trajetória das meninas dos setores populares: escola, trabalho ou reclusão**. In: MADEIRA, F. (Org.). **Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997. p. 45-133.
- MEIRELLES, Z. V. **Vida e trabalho de adolescentes no narcotráfico numa favela no Rio de Janeiro**. 1998. 100 p. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública)– Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Osvaldo Cruz, Rio de Janeiro. 1998.
- MOREIRA, M. I.; STENGEL, M. (Org.). **Narrativas infanto-juvenis sobre o trabalho doméstico**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.
- MOREIRA, E. **A (re)produção do espaço paraibano e sua configuração atual**. João Pessoa, LOGEPA/DGEOC/UFPB. Texto didático, 2005.

- MOREIRA, E. R. F. et al. Os caras pintadas de suor e fuligem da cana. Relatório técnico de pesquisa. João Pessoa:, UFPB: CNPq, 1995 .
- MOREIRA, E.; TARGINO, I. Capítulos de geografia agrária da Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1997.
- MUSSEN, P. H. et. al. Desenvolvimento e Personalidade da Criança. São Paulo: Harper e How, 1988.
- NOGUEIRA, M. A. Educação, saber, produção em Marx e Engels. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Convenção Internacional dos Direitos da Criança (1989), Rio de Janeiro: Walprint, 2002.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. El Trabajo infantil: ¿qué hacer? Documento Submetido a discusión de la Reunión Tripartita Oficiosa de Nivel Ministerial. Ginebra: Oficina Internacional del Trabajo, 1996.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT; Agência de Notícias dos Direitos da Infância - ANDI. Trabalho infantil e gênero: uma leitura da mídia do Mercosul. Brasília: OIT/ANDI, 2003.
- PASTORE, J. Desigualdade e mobilidade social no Brasil. São Paulo; T.A. Queiroz/EDUSP, 1979.
- PORTO, M. F. de S. Análise de riscos nos locais de trabalho: conhecer para transformar. In: **Cadernos de Saúde do Trabalhador**, Instituto Nacional de Saúde do Trabalhador, São Paulo: Kingraf, jun, p. 1-42, 2000.
- QUADROS, W. J. de. O desemprego juvenil no Brasil dos anos noventa. In: **Cadernos do CESIT**, Campinas, n.31, 2001.
- RIZZINI, I. et al. A criança e o adolescente no mundo do trabalho. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária: Amais, 1996.
- SAMPAIO, I. I. C.; RUIZ, E. M. Trabalho precoce e psiquismo infantil. São Paulo, 1996. Mimeografado.
- SARTI, C. A. A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas: Autores Associados, 1996.
- SILVA, E. F.; LINS, M. H. S. de F; NUNES, B. de O.; BARBOSA, M. do S. B. Relatório de pesquisa sobre acidentes na construção civil. João Pessoa: SEAMPO/Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, 1994.
- TAVARES, M. A. Onde está Kelly? O trabalho oculto de crianças e adolescentes exploradas nos serviços domésticos na cidade do Recife. Recife: CENDHEC, 2002.

Anexos

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES, SETOR DE ESTUDOS E ACESSORIA A MOVIMENTOS POPULARES – SEAMPO, GRUPO DE TRABALHO PRECOZE SUBJETIVIDADE E GÊNERO
MOVIMENTO LEIGO AMÉRICA LATINA -MLAL
ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT

AGRICULTURA DE SUBSISTENCIA (Questionário)

1. Ano:
2. Município:
3. Local em que foi encontrado:

DADOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS

4. Nome: _____
 5. Idade: _____
 6. Data de nascimento: ____/____/____
 7. Sexo:
7.1 Feminino 7.2 Masculino
 8. Endereço em que reside:

 9. Zona:
9.1 Rural
9.2 Urbana
 10. No Brasil existem pessoas de diversas raças. Na sua opinião, qual a raça que você pertence?
10.1 branca
10.2 negra
10.3 mulata
10.4 amarela
10.5 outra. Qual _____
 11. Filiação: Nome do Pai: _____
 12. Filiação: Nome da mãe: _____
 13. Seu pai trabalha?
13.1 Sim (Ir para a questão 14)
13.2 Não (Ir para a questão 15)
13.3 Falecido (Ir para a questão 15)
13.4 Não conhece (Ir para a questão 15)
13.5 Conhece, mas não mora com ele (Ir para a questão 15)
 14. Em que? _____
14.1 Não se aplica
 15. Sua mãe trabalha?
15.1 Sim (Ir para a questão 16)
15.2 Não (Ir para a questão 17)
15.3 Falecida (Ir para a questão 17)
15.4 Não conhece (Ir para a questão 17)
15.5 Conhece, mas não mora com ela (Ir para a questão 17)
 16. Em que? _____
16.1 Não se aplica
 - 17a. Quantas pessoas moram juntas na casa da sua família?
17b,c,d. Qual o grau de parentesco, em que trabalham e quanto ganham?
17b.Grau de Parentesco 17c.Ocupação 17d.Remuneração
 18. Qual a renda da sua família por mês? (JUNTANDO TUDO O QUE TODOS GANHAM DÁ QUANTO?) _____
 19. De onde (município) é sua família?

- (Se for original do lugar ir para a questão 21)
20. Por que veio para este município?
20.1 Não se aplica

ATIVIDADE

21. Você trabalha em que? _____
22. Você trabalha:
22.1 Zona rural
22.2 Zona urbana
23. O que você faz nesse trabalho? (RM)
23.1 Capina
23.2 Aduba
23.3 Planta
23.4 Seleciona
23.5 Colhe
23.6 Limpa a fruta
23.7 Acondiciona em caixas, balaies, carros de mão
23.8 Transporta até o caminhão em carro de mão
23.9 Transporta até o caminhão em caixas (sozinho)
23.10 Transporta até o caminhão em caixas (com ajuda de outro)
23.11 Transporta até o caminhão em balaies na cabeça
23.12 Transporta até o caminhão em balaies (com ajuda de outro)
23.13 Carrega o caminhão
23.14 Descarrega o caminhão no depósito
23.15 Acondiciona em caixas para ser comercializado
23.16 Vende na feira
23.17 Outros _____
24. O que mais gosta nesse trabalho?
24a. Por que?
24b. Por que?
25. O que menos gosta?
25a. Por que?
25b. Por que?
26. Como você se sente depois de um dia de trabalho?
27. Quando não é época de abacaxi você trabalha?
27.1 Sim (Ir para a questão 28)
27.2 Não (Ir para a questão 29)
28. Em que? _____
29. Além desse trabalho você faz outro trabalho atualmente?
29.1 Sim (Ir para a questão 30)
29.2 Não (Ir para a questão 31)
30. Qual? _____
30.1 Não se aplica
31. Com que idade você começou a trabalhar? _____
32. Qual foi sua primeira atividade de trabalho (qual foi a primeira coisa em que você começou a trabalhar)?
33. Por que você começou a trabalhar nesta atividade (por que foi trabalhar com isso)?
34. Há quanto tempo você trabalha no abacaxi?
35. Para quem você trabalha?
35.1 Para a sua família 35.2 Para um patrão 35.3 Para você

36. Como você aprendeu a trabalhar?
 36.1 Treino (alguém ensinou) (ir para a questão 37)
 36.2 Observação
 36.3 Prática (aprendeu fazendo)
37. Quem ensinou você a trabalhar?
38. Quando você não está trabalhando (ou ajudando) o que faz no tempo restante?
 38.1 brinca
 38.2 estuda
 38.3 namora
 38.4 passeia
 38.5 participa de grupos de jovens
 38.6 outra atividade (especificar) _____
39. O que você ganha?
 39.1 Dinheiro
 39.2 Presentes (Ir para a 41)
 39.3 Só Comida (Ir para a 41)
 39.4 Comida e presentes (Ir para a 41)
 39.5 Outra(s). (especificar) _____
 39.6 Não se aplica
40. Você ganha por semana (em R\$)?
 40.1 1 à 10 reais;
 40.2 11 à 20 reais;
 40.3 21 à 30 reais;
 40.4 31 à 40 reais;
 40.5 41 à 50 reais;
 40.6 51 à 100 reais;
 40.7 101 à 200 reais.
 40.8 mais de 200 reais. Quanto? _____
 40.9 Não se aplica
41. Qual turno você trabalha?
 41.1 Diurno
 41.2 Noturno
 41.3 Ambos
42. Você trabalha por dia?
 42.1 1 à 2 horas;
 42.2 3 à 4 horas;
 42.3 5 à 8 horas;
 42.4 9 à 12 horas;
 42.5 Mais de 12 horas. Quantas? _____
43. Que horas você começa a trabalhar? _____
44. Que horas você pára? _____
45. Tem pausas durante as horas de trabalho?
 45.1 Sim (Ir para a questão 46)
 45.2 Não (ir para a questão 48)
 45.3 Não se aplica
46. Quanto tempo de pausa? _____
 46.1 Não se aplica
47. Em que horários? _____
 47.1 Não se aplica
48. Você trabalha por semana?
 48.1 1 à 3 dias;
 48.2 4 à 5 dias;
 48.3 6 dias
 48.4 7 dias.

ESCOLARIDADE

- 49a. Atualmente você estuda?
 49.1 Sim (Ir para a questão 52)
 49.2 Não (Ir para a questão 49b)
- 49b. Você já estudou anteriormente?
 49.b.1 Sim (Ir para a questão 51)
 49.b.2 Não (Ir para a questão 50)
 49.c.3 Não se aplica
50. Por que você nunca estudou (ir para 59)? _____
 50.1 Não se aplica

51. Por que parou de estudar (ir para 53)? _____
 51.1 Não se aplica
52. Já foi reprovado (a) na escola (perdeu algum ano, repetiu)?
 52.1 Sim (Ir para a questão 53)
 52.2 Não (Se estuda ir para 57, caso contrário ir para 55)
 52.3 Não se aplica
53. Por que foi reprovado (a)? _____
 53.1 Não se aplica
54. Quantas vezes você foi reprovado?
 54.1 1 vez;
 54.2 2 vezes;
 54.3 3 vezes;
 54.4 Mais de 3 vezes. Quantas vezes? _____
 54.5 Não se aplica
55. Gostaria de começar ou retomar os estudos? (Só para quem não estuda)
 55.1 Sim (Ir para a questão 56)
 55.2 Não (Ir para a questão 57)
 55.3 Não se aplica
56. O que precisa para você começar ou retomar os estudos? (ir para questão 58)
 56.1 Não se aplica
57. Qual série e grau você estuda atualmente?
 57.1 Alfabetização;
 57.2 1ª Série do Ensino Fundamental;
 57.3 2ª Série do Ensino Fundamental;
 57.4 3ª Série do Ensino Fundamental;
 57.5 4ª Série do Ensino Fundamental;
 57.6 5ª Série do Ensino Fundamental;
 57.7 6ª Série do Ensino Fundamental;
 57.8 7ª Série do Ensino Fundamental;
 57.9 8ª Série do Ensino Fundamental;
 57.10 1ª Série do Ensino Médio;
 57.11 2ª Série do Ensino Médio;
 57.12 3ª Série do Ensino Médio.
 57.13 Não se aplica

EXPECTATIVAS DE FUTURO

58. O que você deseja ser no futuro?
59. O que você precisa fazer para conseguir isso?
60. Sua família ou você participa atualmente de algum programa de assistência? (Respostas Múltiplas)
 60.1 PETI
 60.2 Bolsa Escola
 60.3 Bolsa Família
 60.4 Vale Gás
 60.5 Baixa Renda (Energia elétrica)
 60.6 Pão e Leite
 60.7 Sentinela
 60.8 Fardamento e Livro
 60.9 Outros. Qual? _____
 60.10 Não participa

RISCOS

61. Quais desses Riscos Físicos lhe afetam nas suas atividades como trabalhador (a) e em que intensidade? (RESPOSTAS MÚLTIPLAS – RM)
- | | Nada | Pouco | Médio | Muito | N/Sabe |
|---|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 61.1. Ruídos (barulhos) | <input type="checkbox"/> |
| 61.2. Vibrações (tremores de instrumentos ou máquinas) | <input type="checkbox"/> |
| 61.3. Radiações (Luz solar, Raios-X, microondas, solda) | <input type="checkbox"/> |
| 61.4. Temperaturas (Calor ou frio) | <input type="checkbox"/> |
| 61.5. Iluminação deficiente ou excessiva (pouca ou muita) | <input type="checkbox"/> |
| 61.6. Umidade (molhadeira) | <input type="checkbox"/> |
| 61.6. Chuva | <input type="checkbox"/> |
| 61.7. Eletricidade (choque) | <input type="checkbox"/> |
| 61.8 Outros. Quais _____ | <input type="checkbox"/> |

62. Quais desses Riscos Químicos lhe afetam nas suas atividades como trabalhador (a) e em que intensidade? (RM)

	Nada	Pouco	Médio	Muito	N/Sabe
62.1. Produtos químicos em geral (produtos de limpeza, inseticida, veneno). 62.1.1 Qual? _____	<input type="checkbox"/>				
62.2. Poeira (pó)	<input type="checkbox"/>				
62.3. Fumos (poluição, fuligem, fumaça)	<input type="checkbox"/>				
62.4. Vapores (líquido)	<input type="checkbox"/>				
62.5. Gases (gás butano, ou outro gás)	<input type="checkbox"/>				
62.6. Substâncias corrosivas (líquido das folhas que corta os dedos)	<input type="checkbox"/>				
62. Outros. Quais _____	<input type="checkbox"/>				

63. Quais desses Riscos Biológicos lhe afetam nas suas atividades como trabalhador (a) e em que intensidade? (RM)

	Nada	Pouco	Médio	Muito	N/Sabe
63.1 Vírus (gripes e febres)	<input type="checkbox"/>				
63.2 Bactérias (tuberculose, cólera e sífilis)	<input type="checkbox"/>				
63.3 Fungos (mofo)	<input type="checkbox"/>				
63.4 Insetos, cobras, escorpiões e outros animais. Quais _____	<input type="checkbox"/>				
63.5 Parasitas (fezes, vermes)	<input type="checkbox"/>				
63.6 Animais (mordida de cães, gato ou outro animal)	<input type="checkbox"/>				
63.7 Animais em decomposição animal morto, podre)	<input type="checkbox"/>				
63.8 Outros. Quais _____	<input type="checkbox"/>				

64. Quais desses Riscos Ergonômicos lhe afetam nas suas atividades como trabalhador (a) e em que intensidade? (RM)

	Nada	Pouco	Médio	Muito	N/Sabe
64.1. Pegar peso	<input type="checkbox"/>				
64.2. Posturas corporais forçadas (em pé ou sentado muito tempo, curvado)	<input type="checkbox"/>				
64.3 Jornadas prolongadas de trabalho, (trabalhar muitas horas seguidas)	<input type="checkbox"/>				
64.4 Noturno (de noite impedindo de dormir uma noite de sono, dorme pouco)	<input type="checkbox"/>				
64.5 Trabalho em turno (por revezamento, dias de dia e dias de noite)	<input type="checkbox"/>				
64.6 Pressão dos patrões (patrão reclamando, apressando, acusando, responsabilizando, ameaças)	<input type="checkbox"/>				
64.7 Movimentos repetitivos	<input type="checkbox"/>				
64.8 Ritmos intensos (pouco tempo para muita tarefa)	<input type="checkbox"/>				
64.9. Responsabilidade	<input type="checkbox"/>				
64.10 Competição	<input type="checkbox"/>				
64.11 Conflitos (brigas, discussões)	<input type="checkbox"/>				
64.12 Não há divisão de tarefas (faz tudo sozinho (a))	<input type="checkbox"/>				
64.13 Outros. Quais _____	<input type="checkbox"/>				

65. Quais desses Riscos de Acidentes lhe afetam nas suas atividades como trabalhador (a) e em que intensidade? (RM)

	Nada	Pouco	Médio	Muito	N/Sabe
65.1 Arranjo físico deficiente (disposição da plantação)	<input type="checkbox"/>				
65.2 Transporte inadequado	<input type="checkbox"/>				
65.3 Terrenos acidentados (ladeiras)	<input type="checkbox"/>				
65.4 Trabalhar sem luvas ou equipamento de proteção	<input type="checkbox"/>				
65.5 Equipamentos sem proteção	<input type="checkbox"/>				

65.6 Materiais inflamáveis (que pegam fogo ou explosivos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
65.7 Instrumentos de trabalho defeituosos ou inadequados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
65.8 Contusões	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
65.9 Cortes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
65.10 Esmagamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
65.11 Atropelamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
65.12 Queda	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
65.13 Outros. Quais _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

66. Quais desses Riscos Sociais lhe afetam nas suas atividades como trabalhador (a) e em que intensidade? (RM)

	Nada	Pouco	Médio	Muito	N/Sabe
66.1 O trabalho que você faz hoje atrapalha sua formação profissional	<input type="checkbox"/>				
66.2 Violência. De que tipo? _____	<input type="checkbox"/>				
66.3 Socialização desviante (contatos com drogas, álcool)	<input type="checkbox"/>				
66.4 Mora em alojamentos, alimenta-se de bóia fria	<input type="checkbox"/>				
66.5 Envelhecer antes do tempo	<input type="checkbox"/>				
66. Outros. Quais? _____	<input type="checkbox"/>				

67. Quais desses Riscos Psicológicos lhe afetam nas suas atividades como trabalhador (a) e em que intensidade? (RM)

	Nada	Pouco	Médio	Muito	N/Sabe
67.1 Ficar adulto antes do tempo	<input type="checkbox"/>				
67.2 Sentimento de desamparo	<input type="checkbox"/>				
67.3 Humilhação	<input type="checkbox"/>				
67.4 Maus tratos	<input type="checkbox"/>				
67.5 Assédio (faltou com respeito, deu em cima)	<input type="checkbox"/>				
67.6 Perda do tempo da infância (de brincar)	<input type="checkbox"/>				
67.7 Dificuldade para aprender a ler na escola	<input type="checkbox"/>				
67.8 Dificuldade para escrever na escola	<input type="checkbox"/>				
67.9 Dificuldade para aprender matemática	<input type="checkbox"/>				
67.10 Dificuldade de expressar sentimentos ou emoções (ficar insensível, dificuldade de se emocionar de sensibilizar-se)	<input type="checkbox"/>				
67.11 Sentimento de incapacidade	<input type="checkbox"/>				
67.12 Dificuldade para compreender uma informação	<input type="checkbox"/>				
67.13 Dificuldade para repassar uma informação	<input type="checkbox"/>				
67.14 Dificuldade para expressar (dizer em palavras o que pensa) uma idéia	<input type="checkbox"/>				

68. Trabalhando nessa idade fará você, no futuro:

- 68.1 Financeiramente igual aos seus pais
68.2 Financeiramente melhor que seus pais
68.3 Financeiramente pior que seus pais

69a. Você gostaria de deixar de trabalhar nesta atividade?

- 69a.1 Sim (ir para questão 69b)
69a.2 Não (ir para questão 69c)

69b. Por que?

69c. Por que?

70. Se você for uma das pessoas contempladas com o projeto, encontraremos você:

- 70.1 Neste endereço que deu no início? ou
70.2 Em outro endereço? (indicar o endereço ou um contato)

71. Você conhece algum menino ou menina que trabalha nesse mesmo tipo de atividade e que tem no máximo 18 anos de idade?

- 71.1 Sim 71.2 Não

72. Pode me levar até ele/ela? ou dizer como encontrá-la?

- 72.1 Sim 72.2 Não

Responsável:



Organização
Internacional do Trabalho

Programa Internacional
para Eliminação do
Trabalho Infantil - IPEC